



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CAMPUS VII – GOVERNADOR ANTÔNIO MARIZ
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS – CCEA
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

CELIO ANGELO FERREIRA

**GESTÃO NO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO DOS IMPACTOS
SOCIOECONÔMICOS ADVINDOS DA ASSOCIAÇÃO DA COLÔNIA DOS
PESCADORES E AQUICULTORES Z-40 DE PATOS – PB**

**PATOS/PB
2016**

CELIO ANGELO FERREIRA

**GESTÃO NO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO DOS IMPACTOS
SOCIOECONÔMICOS ADVINDOS DA ASSOCIAÇÃO DA COLÔNIA DOS
PESCADORES E AQUICULTORES Z-40 DE PATOS – PB**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Administração da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof^o. Msc. Felipe César Da Silva Brito

**PATOS/PB
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F383g Ferreira, Celio Angelo
Gestão no Terceiro Setor [manuscrito] : um estudo dos impactos socioeconômicos advindos da Associação da Colônia dos Pescadores e Aquicultores Z-40 de Patos - PB / Celio Angelo Ferreira. - 2016.
64 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em ADMINISTRAÇÃO) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2016.
"Orientação: Prof. Me. Felipe Cesar Da Silva Brito, CCEA".

1. Terceiro Setor. 2. Associação dos Pescadores. 3. Impactos Socioeconômicos. I. Título.

21. ed. CDD 658.048

CELIO ANGELO FERREIRA

GESTÃO NO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO DOS IMPACTOS
SOCIOECONÔMICOS ADVINDOS DA ASSOCIAÇÃO DA COLÔNIA DOS
PESCADORES E AQUICULTORES Z-40 DE PATOS – PB

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado
em Administração da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial para a obtenção
do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof^o. Msc. Felipe César da Silva
Brito

Aprovado em: 13/10/2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Msc. Felipe César da Silva Brito (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Msc. Odilon Avelino da Cunha (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Esp. Joácio de Oliveira Costa (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus, minha fonte de inspiração e sabedoria, meu Fiel Pastor e Porto Seguro do meu Ser;

A meus Pais, em especial minha Mãe, Maria Zélia, pela Educação e o Amor que me ofertou durante toda a vida;

Aos meus irmãos, que representam o amor maior de uma família unida e carinhosa, que sempre esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis dessa jornada;

A minha Esposa, Julia Mayne, amor da minha vida e companheira infalível, que Deus me entregou no propósito de sermos felizes até o último momento de nossas vidas na face da Terra.

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter me auxiliado no decorrer da vida, ao ponto de nunca ter me desamparado, tamanho é o seu amor e a sua benignidade.

Aos meus pais, José Ferreira da Silva e Maria Zélia Ângelo Peronico, por terem me concebido segundo a vontade Deus, em um lar de paz e amor.

À minha mãe, em especial, por ter me criado ensinando os valores de uma vida digna e próspera com muito amor e carinho, sempre tendo paciência comigo e me incentivando a buscar, ao máximo, a minha felicidade.

À minha amada e adorável esposa, Julia Mayne, que me tem completado com o seu amor e compreensão nos momentos mais difíceis da minha vida.

Aos meus irmãos Suderlan, Célia e Suênia que me tornam a pessoa mais feliz do mundo, por poder ama-los e, por eles, ser amado entranhavelmente.

A todos da minha família: Tios, tias, sobrinhos, sobrinhas, primos, primas pelo carinho e apoio oferecido.

Ao meu orientador, professor Felipe César, pelos seus ensinamentos, paciência e dedicação do seu tempo para contribuir na realização do meu trabalho.

Aos professores da banca examinadora por aceitarem o convite em avaliar, o meu trabalho, com seus respectivos graus de conhecimento e intelectualidade.

Aos meus amigos e amigas de sala, que fizeram parte de uma verdadeira corrente de amizade ao longo do curso, aos quais levarei comigo, em memória, os melhores momentos de uma convivência harmônica e vitoriosa.

A todos os professores, pelos ensinamentos, conselhos e experiências repassadas. Sendo para mim uma fonte de inspiração e sabedoria.

À Universidade Estadual da Paraíba pelo apoio concedido de oferecer mestres capacitados e responsáveis quanto ao nosso futuro e o da sociedade.

A todos, meu eterno obrigado e minha sincera gratidão!

“Aqueles que esperam no SENHOR renovam as suas forças. Voam alto como águias. Correm e não ficam exausto, andam e não se cansam”.

(Isaías, 40: 31)

RESUMO

O presente trabalho apresenta resultado de pesquisa sobre o Terceiro Setor. Este Setor se destaca pela promoção no campo social e assistência no campo econômico, à medida que sua expansão impulsiona a qualidade e o bem-estar social. A problemática do estudo abordou: Quais são os impactos socioeconômicos que a Associação da Colônia dos Pescadores e Aquicultores José Alves de Aquino Z-40 causa na vida de seus associados? Sendo delineado, para obtenção de resposta, o seguinte objetivo: Identificar os impactos socioeconômicos causados pela Colônia dos Pescadores e Aquicultores Z-40 (Patos/PB) na vida de seus associados. A metodologia utilizada classifica-se como descritiva, exploratória e de natureza tanto qualitativa como quantitativa. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se, além da análise bibliográfica, entrevista roteirizada e questionário objetivo. Assim os principais resultados, desse estudo de caso, revelaram por parte da organização pesquisada uma estrutura administrativo organizacional - sem fins lucrativos - eficiente, uma vez que corresponde aos modelos proposto pelo Código Civil Brasileiro e pratica a gestão participativa como fundamento e estratégia para obtenção de recursos. Com relação a percepção dos associados quanto aos impactos socioeconômicos ocorridos em suas vidas através da Colônia Z-40, evidenciou-se que grande parte desses (72,73%) eram indivíduos sociais com baixo nível de escolaridade, sem ocupação profissional e por isso excluídos do mercado de trabalho, sendo que ao ingressaram na atividade pesqueira associativa passaram a ter um emprego que lhes proporcionaram, além de uma profissão, uma renda para sobrevivência familiar e uma recolocação social, reduzindo assim a pobreza entre as famílias impactadas e melhorando a qualidade de vida destas pessoas. Por fim sugere-se que futuras investigações relacionadas a temática sejam desenvolvidas, visando a ampliação da amostra e, conseqüentemente, a obtenção de maior volume de dados a serem analisados e comparados com esta pesquisa.

Palavras-Chave: Terceiro Setor. Associação dos Pescadores. Impactos Socioeconômicos.

ABSTRACT

This paper presents results of research on the Third Sector. This Sector stands out for promotion in the social field and assistance in the economic field, as its expansion boosts the quality and welfare. The study addressed issues: What are the socio-economic impacts of the Association of Fishermen Colony and Aquaculture Jose Alves de Aquino Z-40 because the lives of their members? As outlined, to obtain response, the following objective: To identify the socio-economic impacts of the Colony of Fishermen and Aquaculture Z-40 (Patos/PB) caused in the lives of its members. The methodology used is classified as descriptive, exploratory and both qualitative and quantitative. As data collection instrument was used in addition to the literature review, scripted and objective questionnaire interview. So the main results of this case study, revealed by the organization researched an organizational administrative structure - profit - efficient, since it corresponds to the models proposed by the Brazilian Civil Code and practice participatory management as a foundation and strategy for obtaining resources. Regarding the perception of the members about the socioeconomic impacts occurring in their lives through the Colony Z-40, it became clear that many of these (72.73%) were social individuals with low educational level, occupation and therefore excluded from the labor market, and that the association entered the fishing industry started to have a decent job that provided them, as well as a profession, an income for family survival and a social replacement, thereby reducing poverty among the affected families and improving the quality of life of these people. Finally it is suggested that future research related to the theme to be developed, aiming to expand the sample and hence achieving greater volume of data to be analyzed and compared to this research.

Keywords: Third Sector. Association of Fishermen. Socioeconomic impacts.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

Art. – Artigo

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ONG – Organização Não Governamental

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PB – Paraíba

PIB – Produto Interno Bruto

PIB Per Capita – Produto Interno Bruto Dividido Por Habitantes

PNB – Produto Nacional Bruto

PPA – Plano Plurianual

R\$ – Real (Moeda Nacional Brasileira)

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

LISTA DE QUADROS, TABELAS E ILUSTRAÇÕES

Quadro 01 – Os Principais Beneficiários das ONGs	26
Figura 01 – O Circuito dos Setores	29
Figura 02 – Mapa de Localização da Área de Estudo.....	36
Tabela 01 – Distribuição da Amostra Quanto ao Perfil.....	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Distribuição da amostra quanto ao motivo de ingresso dos entrevistados nas pesca e/ou na associação	45
Gráfico 02 – Distribuição da amostra quanto à opinião sobre o exercício da pesca antes da existência da associação dos pescadores	46
Gráfico 03 – Distribuição da amostra quanto à opinião se a criação da Colônia Z-40 melhorou as condições de trabalho dos pescadores.....	47
Gráfico 04 – Distribuição da amostra quanto à opinião se a existência da associação dos pescadores trouxe mais segurança e melhor qualidade de vida para a família do pescador	48
Gráfico 05 – Distribuição da amostra quanto à importância econômica da pesca em sua renda familiar	49
Gráfico 06 – Distribuição da amostra quanto a renda mensal proporcionada pela pesca ao entrevistado	50
Gráfico 07 – Distribuição da amostra em relação à quantidade de pessoas que habitam na residência dos entrevistados e dependem de sua renda mensal	51
Gráfico 08 – Distribuição da amostra quanto à forma como avaliam a atuação da gestão da Colônia Z-40.....	53
Gráfico 09 – Distribuição da amostra quanto à opinião se o pessoal que compõe a diretoria da Colônia Z-40 se mostra capacitado para exercer seus cargos e funções	54
Gráfico 10 – Distribuição da amostra quanto ao fato se consideram os serviços prestados pela associação como algo positivo.....	55

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 TERCEIRO SETOR.....	16
2.2 AS CARACTERÍSTICAS DO TERCEIRO SETOR.....	18
2.3 AS PRINCIPAIS ENTIDADES	21
2.3.1 Conhecendo as Associações	21
2.3.2 Definindo as Fundações	23
2.3.3 As Organizações Religiosas	24
2.3.4 Definição de ONGs	25
2.4 GESTÃO SOCIAL E A DEPENDÊNCIA DOS SETORES	27
2.5 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	30
3. METODOLOGIA.....	32
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	32
3.2 UNIVERSO DE ANÁLISE E AMOSTRA.....	33
3.3 TÉCNICA E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	34
3.4 PROCEDIMENTOS PARA TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	35
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	36
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DA PESQUISA	36
4.2 RESULTADOS DA PESQUISA REALIZADA NA COLÔNIA DOS PESCADORES E AQUICULTORES Z-40.....	38
4.2.1 Dados da Entrevista Aplicada a Gestão da Colônia Z-40	38
4.2.2 Perfil da Amostra dos Pescadores e Aquicultores Analisados na Colônia Z-40.....	42
4.2.3 Resultados – Pesquisa Quantitativa: Associados a Colônia Z-40	44
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS	58
APÊNDICES	60

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou uma análise detalhada, do problema de pesquisa estabelecido, em torno do tema Terceiro Setor, que vem exercendo papel de relevância cada vez maior em nosso país, uma vez que combate as inúmeras desigualdades sociais espelhadas por todo o Brasil. Assim, como se percebe, trata-se de uma obra oportuna e abrangente, no momento atual.

Nos tópicos seguintes, serão apresentados o contexto no qual se realiza a pesquisa e o problema proposto. Da mesma forma, serão esclarecidos os objetivos geral e específico e realizada a justificativa do estudo.

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA

O Terceiro Setor cresce cada dia mais em nosso país, proporcionando diversos benefícios ao consumidor, mercado e economia interna e externa. Mañas e Medeiros (2012) afirmam alguns destes feitos, como, a ampliação da empregabilidade, estímulo à integração socioeconômica, inovação em produtos e serviços entre outros mais. Sendo assim, a compreensão dos impactos causados por esse setor é de extrema necessidade.

“A responsabilidade do terceiro setor não se restringe apenas a um contexto social, mas também econômico à proporção que gera emprego e renda para as pessoas carentes, também capacitando-as para que exerçam atividades próprias.” (MAÑAS; MEDEIROS, 2012, p. 11).

É preciso fazer com que a gestão exercida pelas organizações deste setor seja orientada para a eficiência, visando assim o desenvolvimento socioeconômico da localidade onde a mesma está inserida. Para o tal, é indispensável ter ações proativas, na gestão, que antecipem os eventos ao longo do tempo.

As organizações do terceiro setor são o grande sucesso corporativo das últimas cinco décadas. Elas são essenciais à qualidade de vida humana, à cidadania e, desse modo, trazem consigo os valores e a tradição da sociedade como um todo. As tais organizações estão se tornando mais rapidamente o novo centro da ação social, de compromisso ativo e da verdadeira contribuição (DRUCKER, 2001).

Diante disso, esta pesquisa se propõe a discussão da seguinte problemática: *Quais são os impactos socioeconômicos que a Associação da Colônia dos Pescadores e Aquicultores José Alves de Aquino Z-40 causa na vida de seus associados?*

1.2. OBJETIVOS

Partindo-se da problemática definida para o estudo, a pesquisa apresenta os seguintes objetivos:

1.2.1. Objetivo Geral:

- Identificar os impactos socioeconômicos causados pela Associação da Colônia dos Pescadores e Aquicultores José Alves de Aquino Z-40, na vida de seus associados.

1.2.2. Objetivos Específicos:

- Abordar os conceitos e características inerentes ao Terceiro Setor;
- Analisar a gestão da Associação dos Pescadores e Aquicultores José Alves de Aquino;
- Identificar o perfil socioeconômico dos associados a Colônia Z-40 de Patos - PB;
- Mostrar a percepção dos associados quanto aos impactos socioeconômicos promovidos pela Colônia Z-40 em suas vidas.

1.3. JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

As justificativas desta pesquisa se dão através dos aspectos acadêmico, social e pessoal. O interesse acadêmico por essa nova área de estudo vem crescendo rapidamente e expandindo-se para outras instâncias, pois o Terceiro Setor gera uma demanda de ensino e gestão que parte da sociedade para a academia, propostas de soluções que saem da sociedade para o setor público, e de reivindicações diversas de práticas de Responsabilidade Social que vem da sociedade para o setor privado (PEREIRA, 2013). Por isso, a importância acadêmica, deste trabalho, manifesta-se na possibilidade de contribuir com os estudos organizacionais,

promovendo o aprofundamento sobre o terceiro setor na região, além de poder fornecer dados e características inerentes ao estudo.

A relevância social da pesquisa é corroborada pela sua contribuição para o conhecimento da sociedade em relação à importância dos impactos socioeconômicos causado pelas organizações do terceiro setor na economia local e como as tais desenvolvem suas atividades na região do sertão paraibano, de modo a possibilitar ainda a compreensão da gestão exercida no setor em questão, isso será possível através do diagnóstico organizacional a ser realizado.

Com relação ao que intenciona a importância pessoal do estudo, ele foi concebido a partir das inquietações e curiosidades do autor acerca de como é feita a gestão das organizações do terceiro setor e quais seus impactos socioeconômicos na cidade de Patos, localidade onde o mesmo reside. Bem como, a emergente necessidade da sociedade entender o peso e a importância das organizações do terceiro setor. Fazendo-a compreender aos níveis científicos do conhecimento, por parte da sociedade civil e acadêmica, sobre quais são os impactos socioeconômicos causados pela Associação da Colônia dos Pescadores e Aquicultores José Alves de Aquino Z-40, da cidade Patos – PB, na vida de seus associados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico é o alicerce para o desenvolvimento do trabalho, proporcionando o levantamento de referências com precisão dos conceitos abordados. A revisão da literatura sobre o tema estudado deve permitir ao pesquisador entender o estágio atual do conhecimento acumulado em sua área além de tomar conhecimento de pesquisa com base em trabalhos de autores que o procedem (DIAS; SILVA, 2010).

Nesse sentido, o presente tópico está dividido em cinco etapas fundamentais. A primeira aborda os conceitos do terceiro setor, secundariamente as suas referidas características e, na terceira etapa, são apresentadas as suas principais entidades. A quarta etapa referencia a gestão social e a dependência dos setores no Brasil, enquanto a quinta, sendo a última etapa, propõe o esclarecimento quanto ao desenvolvimento socioeconômico.

2.1 TERCEIRO SETOR

Nesta seção será apresentada a parte de definição conceitual referente ao terceiro setor e, de um modo especial, as suas organizações integrantes.

De acordo com Castro (2010, p.24) “um dos desafios do Terceiro Setor é estabelecer um conceito que sintetize as correntes e ideias dos diversos autores que se dedicam ao tema [...]”. Desde a pesquisa até a formação de uma definição basicamente formulada.

Essas dificuldades se dão ao fato do tema ser ainda, relativamente, novo na esfera das pesquisas e estudos do campo acadêmico.

Segundo Oliveira e Romão (2011, p.30) “quando se fala em terceiro setor, pressupõe-se que existam pelo menos outros dois, chamados primeiro e segundo setor”. Onde os três juntos, após suas identificações, poderão conectar-se entre si.

De tal modo, suas identificações ordinais são essenciais para o conhecimento das suas divisas e áreas de atuação.

Para Tachizawa (2012), os três setores são divididos a partir da ideia de, demanda, que a sociedade faz com relação as atividades desempenhadas por cada setor. Então, dessa forma o autor classifica:

O Primeiro Setor seria o “Estado” cuja ação é organizada e delimitada por um arcabouço legal, sendo dotado de poderes coercitivos em face da sociedade para que possa atuar em seu benefício, devendo ter sua atuação dirigida a todos os cidadãos, indiscriminadamente, promovendo de modo universal suas necessidades sociais. O Segundo Setor seria o “Mercado”, no qual a troca de bens e serviços objetiva o lucro e a sua maximização. O Terceiro Setor, por sua vez, reuniria as atividades privadas não voltadas para a obtenção de lucro e que, mesmo fora da órbita da atuação estatal, ainda assim visariam ao atendimento de necessidades coletivas e/ou públicas da sociedade. Para alguns teóricos americanos, as entidades que compõem o Terceiro Setor ainda teriam como características fundamentais o fato de serem estruturadas, autogovernadas e envolverem pessoas em um grande esforço voluntário (TACHIZAWA, 2012, p.303).

Assim, pelo exposto na citação anterior, a maior responsabilidade em atender as demandas sociais de maneira universal e promovendo a igualdade de todos estaria ligeiramente nas mãos do Estado, que representa o Primeiro Setor. O qual tem falhado nessa aturada missão.

Com relação ao que foi mencionado, Mañas e Medeiros (2012) defendem o relato de que as organizações do Terceiro Setor surgiram como uma resposta à ineficiência do Estado em prestar assistência à população carente, com o papel de reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento social. Assim, as instituições sem fins lucrativos existem para atender mudanças nos indivíduos e na sociedade, fazendo com que todos os envolvidos participem de forma ativa em uma rede de ação solidária, proporcionando um novo sentido de cidadania.

Perroti (2005) destaca que a situação do Estado torna-se claramente mais complicada pelas demais responsabilidades que ele possui para com outras funções, como a soberania nacional, a fiscalização das normas legais, a gestão das organizações estatais, a regulamentação de setores estratégicos para a nação e outras mais.

No Brasil, o Estado deixou de ser o único agente implementador de políticas sociais, passando a trabalhar em parceria com as organizações da sociedade civil (TACHIZAWA; POZO; ALVES, 2012).

Bem por isso, torna-se clara e evidente a falta de atuação do Estado em determinadas atividades de prestação de serviços públicos, permitindo não só a atuação de organizações sem fins lucrativos no campo social, mas também o surgimento de empreendedorismo na iniciativa privada, estimulando um importante crescimento do Terceiro Setor no mercado nacional.

De acordo com Scheunemann e Rheinheimer (2009) o Terceiro Setor é um movimento mundial que tem sido debatido e estudado por diversas áreas, não só no Brasil,

mas em todo o mundo, pois ele revela novos modelos de gestão, como também uma nova organização social. Para os autores, esse movimento caracteriza-se como:

- Não lucrativo;
- Não governamental;
- Complexo e heterogêneo;
- Contendo iniciativas particulares com um sentido público.

Sobre essa perspectiva, pode-se afirmar que o terceiro setor consiste em organizações cujos objetivos principais estão voltados primeiramente para o campo social ao oposto do campo econômico.

Cabendo ressaltar que o determinado setor tem sua essência englobada por associações, fundações, ONGs, OSCIPs, instituições religiosas dentre outros (ALBUQUERQUE et al., 2013) . No entanto, Mañas e Medeiros (2012) relatam que o setor supracitado não se restringe apenas ao contexto social, mas também ao econômico à proporção que gera emprego e renda a pessoas carentes, de modo, ainda, a capacitá-las para que desenvolvam atividades próprias, inserindo-as no mercado de trabalho.

2.2 AS CARACTERÍSTICAS DO TERCEIRO SETOR

Para a definição das características do setor analisado, nesta seção, foram utilizados alguns dos termos legais previstos e estabelecidos de acordo com a legislação vigente no Brasil, como também a fonte de autores renomados da área abordada.

De acordo com o CFC (2008, p.23) o Terceiro Setor, formado por organizações sem fins lucrativos, apresenta as seguintes características:

- a) Promoção de ações voltadas para o bem-estar comum da coletividade;
- b) Manutenção de finalidades não lucrativas;
- c) Adoção de personalidade jurídica adequada aos fins sociais;
- d) Atividades financiadas por subvenções do Primeiro Setor e doações do Segundo Setor e de particulares;

- e) Aplicação do resultado das atividades econômicas que porventura exerça nos fins sociais a que se destina;
- f) Desde que cumpra requisitos específicos, é fomentado por renúncia fiscal do Estado.

Como se podem vislumbrar, estas características reforçam a ideia do caráter social que é revelado pelo que se entende como Terceiro Setor. De modo a evidenciar a capacidade de execução de tarefas sociais, com a isenção governamental e representatividade coletiva, para o bem-estar comum dos indivíduos em sociedade.

Segundo o apontamento de Freeman e Shoulders (1993) apud Albuquerque et al. (2013) as organizações sem fins lucrativos, na verdade, possuem os seguintes atributos peculiares:

- Quanto ao Lucro: Não é razão de ser dessas organizações;
- Quanto à propriedade: Pertence a comunidade e não há divisibilidade de capital;
- Quanto aos Recursos: As contribuições com recursos financeiros não estabelecem direito ao doador de participação nos bens ou serviços da organização;
- Quanto às decisões políticas e operacionais: Grande parte das decisões políticas e algumas operacionais são tomadas mediante votação, via assembleia geral, por membros eleitos direta ou indiretamente pela sociedade.

Assim, estas peculiaridades inerentes ao Terceiro Setor demonstram um lado diferenciado de compreender as organizações sem fins lucrativos, expondo a necessidade de propriedade (sem divisibilidade) e a obtenção de recursos financeiros, os quais contribuirão para a gestão destas organizações, de modo a tornar mais fácil o processo de tomadas de decisões internas.

Outra característica muito importante, do setor estudado, é a do “Trabalho Voluntário” que na definição de Oliveira e Romão (2011) trata-se da atividade não remunerada prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza, ou à organizações sem fins lucrativos, com objetivos cívicos, culturais, de assistência social entre outros.

De acordo com Tachizawa (2012, p. 305) “o trabalho voluntário não gera vínculo empregatício, não havendo qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária para

as entidades”. No entanto, o autor expõe que para esse tipo de trabalho é necessário o trabalhador aderir a um Termo de Adesão ao Trabalho Voluntário, o qual é regulamentado pela Lei nº 9.608/98.

Sobre esse Termo de Adesão, Oliveira e Romão (2011, p. 459) discorrem:

O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de um termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições do seu exercício. A adesão é requisito fundamental para a configuração do trabalho voluntário, ou seja, ausente esta formalidade, o trabalho deixa de ser disciplinado pela Lei nº 9.608/98.

De tal modo, o serviço voluntário deve estar regulamentado conforme previsto no direito brasileiro, pois a sua não regulamentação pode ocasionar em diversos problemas que venham afetar negativamente a fé a qual se preza à essas organizações.

Conforme relatam Oliveira e Romão (2011) um dos problemas mais propícios a ocorrer, pela não regulamentação do termo de adesão do serviço voluntário, é o da exploração da mão de obra, a qual é proibida e denunciada pelo regimento das leis trabalhistas, tanto no Brasil quanto no resto do Mundo. Em geral, há um combate das autoridades trabalhistas quanto ao trabalho gratuito, tentando a erradicação da exploração desse tipo de trabalho, que não requer nenhuma remuneração em contrapartida.

Basicamente, pode-se visualizar que a exploração da mão de obra desqualifica a condição de vida humana, levando os indivíduos ao trabalho escravo e desumanizado, sem quaisquer benefícios como resposta do esforço prestado. Por esse motivo evidente, deve-se buscar sempre a promoção humana e social através da adesão do serviço prestado voluntariamente, garantindo assim a consolidação do setor e das leis que o regulamenta.

Com pretensão aos benefícios sociais, Scheunemann e Rheinheimer (2009) destacam a respeito do que o trabalho voluntário regulamentado pode constituir na vida do cidadão:

- A abertura para novas possibilidades de trabalho;
- Não só generosidade e doação;
- Uma oportunidade para o aprendizado;
- A satisfação de se sentir útil;
- A criação de novos vínculos de engajamento social.

Desse modo, com tais oportunidades o serviço voluntário torna-se uma ponte de qualificação e experiências trabalhistas para aqueles que se interessam na atuação do campo social.

A capacitação do voluntariado pode ser contada como um dos aspectos sociais e psicológicos mais importantes nesse processo de relações interpessoais, individuais, grupais e intergrupais proporcionado pelas organizações do Terceiro Setor, sendo claramente uma iniciativa que visa à melhoria continuada na qualidade de vida daqueles que participam de tal ação voluntária. (SCHEUNEMANN; RHEINHEIMER, 2009).

Além disso, há a possibilidade da amenização das vulnerabilidades sociais e econômicas, garantindo os direitos e a cidadania aos indivíduos na vida social.

2.3 AS PRINCIPAIS ENTIDADES

Esta seção tratará do ordenamento jurídico legal que ampara, seguramente, as pessoas jurídicas sem fins lucrativos para o desenvolvimento do objetivo ao qual cada uma foi constituída e designada.

Scheunemann e Rheinheimer (2009, p.55) esclarecem que “as organizações da sociedade civil que compõe o Terceiro Setor são denominadas de *entidades, organizações, associações, instituições*, entre outras designações”. Os autores realçam essa afirmação através dos seguintes segmentos da sociedade: associações, fundações, sindicatos, igrejas, OSCIPs e ONGs – que abrangem todas as organizações da sociedade civil de natureza não estatal. Sendo que os principais segmentos do setor são as associações, as fundações, as organizações religiosas e as ONGs, as quais serão conceituadas e caracterizadas a seguir.

2.3.1 Conhecendo as Associações

As associações são entidades jurídicas de direito privado, formadas pela união de pessoas com o propósito à obtenção de seus fins, que não se pautam na lucratividade econômica e sim na social (OLIVEIRA; ROMÃO, 2011). Tendo o seu foco voltado aos indivíduos para as mais diversas possibilidades de qualificar a vida em sociedade, na intenção de atingir determinadas finalidades, sejam elas: culturais, sociais, religiosas, recreativas,

assistenciais entre outras (TACHIZAWA, 2012).

Sendo assim, o elemento predominante na associação trata-se a ser o pessoal, uma vez que são os indivíduos sociais que se organizam, definem os fins a serem atingidos e agregam seus esforços para o alcance dos objetivos e metas organizacionais.

No que diz respeito à quantidade, as associações representam cerca de 70% de todo o Terceiro Setor e por isso são tão importantes, pois são as que mais têm representatividade no setor. O seu nascimento e vida dependem da existência de patrimônio para sua constituição, essa ocorre através de decisão em uma assembleia de fundação, onde a associação passará a existir após sua inscrição no constitutivo da *ata de fundação e estatuto social*, um conjunto de cláusulas que relaciona a entidade com seus fundadores e associados, atribuindo-lhes direitos e obrigações (SCHEUNEMANN; RHEINHEIMER, 2009).

Tachizawa (2012) destaca que o estatuto social traz um conjunto de cláusulas contratuais por meio das quais a associação é constituída e administrada. Sabendo que a associação - pessoa jurídica, legalmente, só existe quando o seu estatuto é devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Oliveira e Romão (2011) discorrem, ainda, a respeito do art. 54 do Código Civil Brasileiro, sob pena de nulidade, que o estatuto das associações deve obrigatoriamente conter:

- I. A denominação, os fins e a sede da associação;
- II. Os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;
- III. Os direitos e deveres dos associados;
- IV. As fontes de recursos para sua manutenção;
- V. O modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos;
- VI. As condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução;
- VII. A forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas.

Com isso, entende-se que para a correta criação de uma determinada associação há a obrigatoriedade do enquadramento jurídico no ato constitutivo e estatuto social da mesma, bem como o desejo das pessoas em se agruparem em busca da defesa de um alvo declarado.

Segundo Scheunemann e Rheinheimer (2009, p.56) “este estatuto deve ser registrado em um cartório de registro de pessoas jurídicas, juntamente com a declaração de todos os integrantes concordando em se reunirem em prol de um objetivo comum desprovidos de

motivações financeiras”.

Como se percebe, reincide sobre os associados a maior parcela de responsabilidade quanto ao funcionamento regular de suas associações.

2.3.2 Definindo as Fundações

A definição atribuída às fundações se distingue das demais formas de organizações civis, pois possui particularidades exclusivas ao seu termo.

O Código Civil Brasileiro ao tratar das fundações, no art. 62, dispõe que:

Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la. Parágrafo único: A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

Dessa forma, pelo texto legal, verifica-se que diferentemente das associações, nas quais o núcleo principal é o indivíduo, nas fundações o núcleo principal é o patrimônio. Dessa forma uma fundação poderá ser criada a partir do desejo de apenas uma pessoa, para atingir os fins ao qual se destina.

Para Mañas e Medeiros (2012) a fundação se forma a partir da existência de um patrimônio, ou até mais, destacado pelo seu instituidor para servir a um objetivo específico, com direcionamento a causas de interesse público. Para instituí-la, também, existe a necessidade de uma *Ata de Constituição*, bem como de um *Estatuto*, levando em consideração alguns pontos, como:

- a) Escritura pública ou testamento para criação da fundação;
- b) Elaboração de um estatuto pelos seus instituidores;
- c) Aprovação do estatuto pelo Ministério Público;
- d) Registro da escritura de instituição, do estatuto e respectivas atas no cartório competente.

Assim, o devido funcionamento de uma fundação depende claramente de um aval emitido pelos órgãos governamentais competentes, os quais fazem uma rigorosa fiscalização sobre o estatuto estabelecido e o patrimônio de dotação do instituidor, com a exigência de um

testamento ou escritura pública lavrada e devidamente assinada.

Para maiores esclarecimentos Oliveira e Romão (2011, p.16) dizem que “o estatuto da fundação é submetido à aprovação da autoridade competente, com recurso ao juiz. Há uma fiscalização externa, pois é de responsabilidade do Ministério Público do Estado velar sobre as fundações”. Os autores ainda ressaltam que as fundações não têm associados, nem sócios; sendo elas constituídas apenas pela presença de bens, e têm sob as suas decisões a presença do órgão público citado anteriormente.

Torna-se evidente que o foco dessa entidade está nos bens que saem da esfera privada e se destinam unicamente ao fim social; e seus objetivos devem estar voltados para a cultura, moral, assistência social, educação, saúde, ecologia e religião (SCHEUNEMANN; RHEINHEIMER, 2009).

Diante disso, percebe-se que as fundações têm um campo de atuação bastante restrito, sendo sempre reguladas pelas coordenadas do poder governamental.

2.3.3 As Organizações Religiosas

Esta etapa do referencial esboça as definições que tratam à compreensão das organizações que prestam assistência religiosa a sociedade no Brasil.

As organizações religiosas tem sua composição formada por pessoas que se associam para demonstrarem, através de ações, a fé que propagam. Juridicamente, essas organizações incidem em pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos (SCHEUNEMANN; RHEINHEIMER, 2009).

As pessoas que preenchem esses grupos sociais religiosos, geralmente, são baseadas na dependência do espírito de caridade e ajuda ao próximo - ofertado por tais organizações. Tendo como intenção a contrapartida do beneficiamento assistencial que recebem como referência da fé que seguem.

O Código Civil assinala a respeito das organizações religiosas, através da expressão, no art. 44, § 1º:

São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

De acordo com a citação do texto corrido anteriormente, nota-se que nenhum órgão governamental tem o poder de vetar o registro de existência à tais organizações referenciadas.

Oliveira e Romão (2011) relatam que as organizações religiosas têm o direito de autorregulação, pois são livres para definir seus aspectos de organização, estruturação interna e funcionamento.

Sendo assim, cabe somente as tais organizações decidirem sua forma de organizarem-se, estruturarem-se e também como devem proceder no seu funcionamento, sem nenhum rigor jurídico que o inflija.

No entanto, para Oliveira e Romão (2011) esse ato de regulamentarem-se torna, um tanto quanto, difícil a definição do que é uma organização religiosa. Defendendo, ainda, que na verdade são igrejas, sinagogas, mesquitas e centros espíritas, mas quanto aos seminários, as faculdades teológicas e os educandários não há como os afirmar.

Todavia, Scheunemann e Rheinheimer (2009, p.59) destacam que “a igreja continua sendo pessoa jurídica de direito privado de natureza eclesiástica e, portanto, separada do Estado laico”.

2.3.4 Definição de ONGs

A definição atribuída as ONGs torna-se, um tanto quanto, complexa por não haver respaldo jurídico que o institua legislativamente. Por esse motivo, há uma atenção superior nas atribuições designadas ao termo abordado.

Organização Não Governamental – ONG – não é um termo definido em lei, mas uma categoria que vem sendo socialmente utilizada para se referir a um grupo de entidades com características únicas, reconhecida quer por seus participantes, pelo senso comum ou pelo meio público. Considerando que a sua existência está vinculada a registros em órgãos governamentais, pelo meio do qual, permite a entidade a obter incentivos fiscais e outros benefícios públicos, sendo esse o ponto central e objetivo da justificativa de sua existência (TACHIZAWA, 2012).

Para Perrotti (2005), as ONGs preocupadas com o seu fortalecimento institucional e a sua sobrevivência a longo prazo, passaram a buscar financiamentos governamentais e, também, privados em todo o país, aumentando o seu esforço de captação de recursos e investimentos. Como essas entidades são dependentes de recursos do governo, de empresas

ou doações foi necessário buscar novos métodos, ao longo do tempo, para reduzir suas despesas com pessoal, utilizando o esforço do serviço voluntariado.

Dessa forma, denota-se que a gestão praticada pelas organizações não governamentais exerce a atividade administrativa orientada para a captação de recursos oriundos dos diversos parceiros que a mesma pode obter. Visando a gestão por competências e a injeção de novos investimentos sociais.

Segundo Mañas e Medeiros (2012) as ONGs tiveram sua origem no continente europeu, pós II Guerra Mundial, com o propósito de solucionar problemas de cunho social, uma vez que o Estado não os solucionavam. Nesse cenário, de intervenção social, na década de 70, surge no Brasil as ONGs, que carregavam de início o caráter assistencialista, passando depois a executar atividades de autoajuda, e serviços nas áreas da saúde, educação, entre outros.

Assim, as ONGs, diferentemente do que se visualizou sobre as fundações, têm o seu campo de atuação bastante amplo para a execução de suas atividades, podendo atuar em diversas áreas de cunho social e assistencialista.

De acordo com uma pesquisa realizada pela Abong (2002) as três principais áreas de atuação das ONGs, no Brasil, são: educação (52,40%); organização e participação popular (38,27%); e, justiça e promoção de direitos (36,73%). Bem como os principais beneficiários são: organizações populares e movimentos sociais; crianças e adolescentes; mulheres; população em geral e trabalhadores e sindicatos rurais (TACHIZAWA, 2012). Os quais podem ser vistos a seguir.

Quadro 01- Os Principais Beneficiários das ONGs

Principais Beneficiários	%
a) Organizações populares e movimentos sociais	61,73
b) Crianças e adolescentes	40,31
c) Mulheres	39,29
d) População em geral	29,08
e) Trabalhadores e sindicatos rurais	25,00

Fonte: Adaptado de TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Desse modo, o quadro 01 mostra a porcentagem dos principais beneficiários atendidos pelas ONGs no Brasil, após os anos 2000 (dois mil). As porcentagens significam que as ONGs têm direcionado o seu foco de atendimento as classes sociais menos favorecidas e que naturalmente são mais propícias a dependência brutal de “N” fatores divergentes. Essa assistência prestada à esses beneficiários (grupos sociais) tem os fortalecido, cada vez mais, na busca por amenizar as desigualdades sociais, promovendo a educação entre crianças e adolescentes, reduzindo a agressão praticada contra as mulheres e lutando contra os aumentos das taxas de criminalidade dentre a população de uma forma geral.

Tachizawa (2012) relata que uma análise prévia desses dados sinaliza uma significativa importância da intervenção das ONGs na pluralidade e construção de uma sociedade brasileira diversificada e, com o fortalecimento de novos movimentos sociais.

2.4 GESTÃO SOCIAL E A DEPENDÊNCIA DOS SETORES

Nesta seção ocorre a apresentação da gestão social a qual é exercida nas organizações que integram o Terceiro Setor, bem como a conexão que há entre os setores observados.

A gestão social tornou-se, ao longo dos anos, uma tendência mundial que introduz uma discussão em torno das demandas emergentes do cenário social, com a finalidade de atendê-las em seus diversos e distintos setores. Estas demandas se fortalecem a partir da evidência da crise do Estado de Bem-Estar Social e busca como alternativa uma reestruturação pontual na relação entre Estado e Sociedade (SCHEUNEMANN; RHEINHEIMER, 2009).

Para Carvalho (1999, p.19) a “gestão do social é, em realidade, a gestão de demandas e necessidades dos cidadãos”. Sendo que os programas e as políticas sociais são canais e respostas à estas necessidades e demandas, tais ações sociais ganham o poder de serem operadas por outros agentes da sociedade, como é o caso, do Terceiro Setor.

Para que essa prática de gestão se solidifique torna-se necessário a abertura para a democracia participativa, fomentando e ampliando a participação popular nos processos decisórios da organização, que passará a ser reconhecida pela sua efetiva gestão participativa (LUCHMANN, 2007).

Assim, torna-se essencialmente importante a participação da população na gestão social praticada nas organizações sem fins lucrativos, pois tal participação pode se tornar em uma ferramenta de implementação das decisões políticas e sociais internas, sendo um canal de parceria entre governo, sociedade e Terceiro Setor.

Segundo Perrotti (2005) uma ação social transformadora, tem como fundamento valores como a solidariedade e a confiança, por isso as organizações do setor terciário desenvolveram um estilo de gestão próprio, pois sua existência e sobrevivência não dependem exclusivamente do lucro ou de outros mecanismos mercadológicos, apenas necessitam de recursos advindos de doações legalizadas. Para Tachizawa (2012) esse tipo de doação trata-se do ato em que uma pessoa física ou jurídica transfere à organização do Terceiro Setor bens ou vantagens de seu próprio patrimônio, de forma legal, pela vontade própria do doador em transferir, havendo também a manifestação do beneficiário em receber.

Sendo que essas doações podem ser efetuadas a todas as organizações sem fins lucrativos que atuem em qualquer uma das áreas assistenciais destinadas a suas reais atividades de cunho social. Doações essas que serão absorvidas, através das parcerias, em forma de investimentos.

De acordo com Scheunemann e Rheinheimer (2009) o Estado, Primeiro Setor, tem trabalhado em parceria com a sociedade e as demais entidades que constituem o Terceiro Setor buscando atender as demandas sociais de maneira otimizada. E esse último setor tem buscado, também, parcerias com as organizações privadas, que representam o Segundo Setor. Contudo, os autores esclarecem que, nessa parceria o Terceiro Setor executa apenas as funções que lhe são delegadas pelo Estado.

Do mesmo modo, o Segundo Setor, que representa o Mercado, somente ingressa nas parcerias com o setor terciário, para financiar os projetos sociais com a injeção de altos investimentos, se tal ação lhes trazer uma resposta significativa frente ao marketing e a responsabilidade social, a qual é bastante propendida pela sociedade.

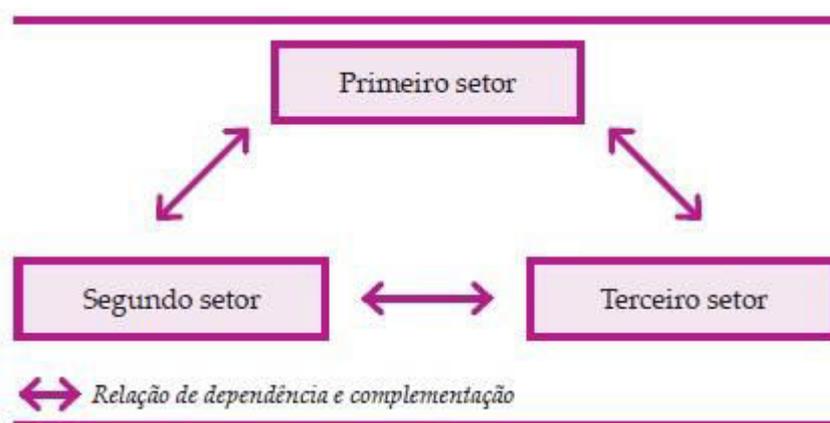
O conceito de responsabilidade social pode ser aplicado tanto no âmbito do Estado, quando esse busca o aprimoramento e a maior eficiência na condução de suas políticas públicas de combate aos problemas sociais, como também em relação ao cidadão, quando esse procura realizar trabalhos voluntários ou de alguma forma contribuir para as entidades do Terceiro Setor e para as questões que lhe são pertinentes (TACHIZAWA, 2012, p.301).

Nesse sentido, se entende que a responsabilidade social está relacionada à governança e a gestão organizacional em cenários cada vez mais complexos, nos quais questões ambientais e sociais ganham ainda mais relevância para a eficiência e a sobrevivência das organizações. Mas a essência real do seu conceito enfatiza o impacto das atividades da organização sobre os agentes os quais a interagem, que são: colaboradores, fornecedores, associados, clientes, consumidores, investidores, governos e a comunidade (TACHIZAWA, 2012).

De tal maneira, compete a ressalva que a classe empresarial pode também usar-se da ideia de responsabilidade social, atribuída as ações voltadas ao Terceiro Setor, como uma estratégia exclusiva da maximização de seus lucros e mercados. Obtendo assim, vagamente, vantagem competitiva sobre seus concorrentes mercadológicos.

Ainda sobre as parcerias, Scheunemann e Rheinheimer (2009) apontam que, o Estado se propõe a implementar políticas sociais que possam amenizar a exclusão, a desigualdade e o empobrecimento dos indivíduos sociais. Porém, o Estado não dispõe de dispositivos capazes de emancipar as pessoas, tornando-as basicamente em clientes e não em cidadãos de direito, como o deveria ser. Nesse contexto é que se estabelece a necessidade das parcerias entre os setores (1º, 2º e 3º) e suas interdependências, como pode ser visualizado na figura 01.

Figura 01 - O Circuito dos Setores



Fonte: SCHEUNEMANN, A. V.; RHEINHEIMER, I. **Administração do terceiro setor**. [Organização] Universidade Luterana do Brasil: ULBRA. Curitiba: Ibpex, 2009, v., 137 p.

É possível observar na figura 01 a relação de complementação que existe entre os setores abordados, onde o Terceiro Setor tem conexão de dependência com os outros dois existentes. Nesse atrelamento visualiza-se uma estratégia de gestão, do setor terciário, que firma essas parcerias visando uma melhoria no gerenciamento de seus recursos, que são escassos. Por intermédio das alianças firmadas é que as organizações podem fortalecer-se na complexidade de suas atividades, desde a captação de novos recursos até a entrega de seus resultados de maneira otimizada.

Sendo assim, a parceria entre o Estado e as organizações do Terceiro Setor é dotada de vínculos de cooperação, com o objetivo de melhorar o desempenho das atividades de interesse público, prestadas por tais entidades não estatais, visando claramente o campo social.

Para isso, a lei estabelece um processo prévio de seleção das entidades interessadas na celebração dos termos de parceria, dessa forma o termo prevê os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, mencionando o programa específico de trabalho a ser desenvolvido, as metas e os resultados a serem alcançados. Cabendo aos órgãos do Poder Público, das áreas de atuação correspondente, a verificação da regularidade quanto ao cumprimento dos termos (TACHIZAWA, 2012).

Conforme Scheunemann e Rheinheimer (2009) destacam, essa interação entre os referidos setores representa o entendimento de que a gestão social trata alternativas para a politização e efetivação de direitos, criando e inovando caminhos em busca de responder as múltiplas questões sociais.

Nessa perspectiva, os três setores compõe um circuito, onde todos dependem de todos e todos complementam a todos. Uma vez que tal interação, entre as partes, possibilita o desenvolvimento do todo, em qualquer uma de suas demandas sociais, sejam elas culturais, assistenciais, socioeconômicas entre outras. De tal maneira, torna-se evidente que sem o desenvolvimento de qualquer um dos setores, o todo se tornaria completamente inviável.

2.5 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Notadamente, a definição de desenvolvimento não se trata de uma tarefa simples, devido a confusão de compreensão que se faz com o termo crescimento econômico.

Possivelmente, o grande problema se estabeleça no fato da distorção atribuída entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento, no tocante aos termos econômicos.

Para Souza (2005) o crescimento econômico é apenas quantitativo, estando relacionado exclusivamente com a capacidade produtiva de bens e serviços de uma economia, geralmente medido pelo PNB, num determinado período de tempo. Enquanto o desenvolvimento socioeconômico se traduziria num processo cultural, econômico e social que contempla o aumento do bem estar da população.

Desse modo, o desenvolvimento socioeconômico trata da qualidade de vida das pessoas alinhado ao crescimento econômico, de uma região ou população, de forma consciente e durável, sendo um processo complexo e de caráter qualitativo, medido através de alguns indicadores socioeconômicos específicos.

De tal maneira, a medição desse desenvolvimento pode dar-se através de vários indicadores simples, que retratem o grau desenvolvido em diversos níveis socioeconômicos. Como seria o caso do IDH, da Alfabetização de Adultos, da Taxa Bruta de Escolarização, da Renda Per Capita, da Qualidade Ambiental entre tantos outros fatores (SOUZA, 2005).

Nesse sentido, a renda familiar e a per capita mostram-se como os fatores de indicação mais precisos para avaliar os impactos socioeconômicos causados em uma determinada população. Langoni (2007) considera a renda domiciliar per capita como sendo a soma de todas as rendas disponíveis de todos os indivíduos no domicílio, divididas pelo número de membros residentes numa mesma casa. Uma vez que, o aumento da distribuição da renda familiar impacta diretamente na redução da pobreza e na queda da desigualdade social, no leito familiar.

Sendo assim, torna-se fundamental o conhecimento e a aplicação de indicadores na medição do desenvolvimento socioeconômico, proposto para a pesquisa. Tratando-se de um método preciso que possibilita uma real aproximação do problema de pesquisa abordado, de forma a facilitar a análise de fatores como a renda familiar, o grau de escolaridade dos pesquisados, as condições de trabalho impostas, entre outros. Visando a resolução do problema de pesquisa estabelecido.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo do trabalho se caracterizará os procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa, como a tipologia da pesquisa, o universo de análise e amostra, as técnicas e instrumentos de coleta de dados e os procedimentos para o tratamento e a análise dos dados.

3.1. TIPO DE PESQUISA

Existe o agrupamento de categorias que aplicam os conhecimentos quanto à abordagem do problema, que são três, a saber: pesquisa quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema (RAUPP; BEUREN, 2006). De consonância com as categorias de tipologia, a abordagem de pesquisa relacionada aos objetivos do trabalho presente, caracteriza-se por pesquisa descritiva, que segundo Gil (2008) traz como objetivo principal descrever as características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis abordadas.

Assim como a pesquisa descritiva, para o melhor desenvolvimento do presente trabalho é possível apontar, também, uma pesquisa exploratória no estudo. Que conforme expõe Gonsalves (2007, p.67) “a pesquisa exploratória é aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com o objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado”. Como o Terceiro Setor é um tema relativamente novo, há pouco material que trate especificamente da área, além da aplicação desse estudo nunca ter acontecido na organização pesquisada, de tal modo, viu-se que esse tipo de pesquisa correspondia, conjuntamente ao outro tipo citado, à necessidade percebida.

Na categoria referente à tipologia relacionada ao procedimento do trabalho, foram utilizados dois tipos de estudos, o primeiro que faz o uso da pesquisa bibliográfica e o segundo de um estudo de caso. Em relação a pesquisa bibliográfica Gil (2008) esclarece que esse tipo de pesquisa procura explicar e discutir um problema ou um tema com base em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos e outros. Buscando conhecer e analisar contribuições científicas, de modo mais intensivo, sobre a problemática estudada. Já o

estudo de caso, na concepção do mesmo autor citado anteriormente, trata-se de uma pesquisa cujo objetivo é o estudo de uma unidade que se analisa profunda e exaustivamente.

Quanto á categoria de tipologia de abordagem ao problema, o trabalho faz uma investigação com a utilização de métodos qualitativos e quantitativos. Para Richardson (2012, p.80) “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais [...]”. Enquanto os métodos quantitativos traduzem em números as opiniões e informações coletadas na pesquisa, para assim se obter uma precisa análise dos dados.

3.2. UNIVERSO DE ANÁLISE E AMOSTRA

O presente estudo foi realizado na Associação da Colônia dos Pescadores e Aquicultores José Alves de Aquino Z-40, situada na Zona Rural, em proximidade com o bairro do Jatobá, Zona Sul, da cidade de Patos, estado da Paraíba. Os dados apanhados na pesquisa foram obtidos através de um estudo de caso, com o uso de duas técnicas de coleta de dados a saber: Um questionário aplicado aos associados à organização em análise e, uma entrevista roteirizada com o gestor da associação, para que se chegasse aos esclarecimentos dos objetivos da pesquisa.

Para estimar o tamanho da amostra, foram utilizadas as equações expostas por Barbetta (2002).

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}{(N-1) \cdot e^2 + Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}, \quad \text{onde:}$$

n = O tamanho da amostra

N = Tamanho da população

Z = A confiança adotada de 90% (representada por Z=1,645)

e = Erro máximo permitido (admitiu-se 10%)

p = É a proporção da Amostra

$$n = \frac{300 \cdot (1,645)^2 \cdot 0,5 \cdot (1-0,5)}{(300-1) \cdot (0,1)^2 + (1,645)^2 \cdot 0,5 \cdot (1-0,5)}$$

$$n = \frac{300 \cdot 2,706 \cdot 0,25}{(299) \cdot (0,01) + (2,706) \cdot (0,25)}$$

$$n = \frac{202,95}{3,66} = 55$$

Então, com base no cálculo anteriormente citado, é possível entrevistar 55 pessoas associadas a Colônia Z-40 e ainda assim obter um grau de confiança elevado, cravado na casa de 90% de confiabilidade, permitindo a tolerância de erro em apenas 10%.

3.3. TÉCNICA E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Um dado corresponde a tudo aquilo que o pesquisador procurará para fundamentar o seu estudo (GIL, 2008). Desta forma utilizou-se uma técnica específica que possibilitou a coleta desses dados, para isso, as técnicas implantadas foram a entrevista e o questionário.

Em seu relato Dencker (2007, p.165) diz que “a entrevista é uma comunicação verbal entre duas ou mais pessoas, com grau de estruturação previamente definido, cuja finalidade é a obtenção de informações de pesquisa”. Essa entrevista se deu, com roteiro, e realizada com o gestor da Associação da Colônia dos Pescadores e Aquicultores José Alves de Aquino Z-40, de Patos – PB. Assim, a entrevista realizou-se mediante data e horário marcado com o intuito de não atrapalhar as atividades desenvolvidas por o gestor entrevistado. Dessa maneira, tornando-se um meio adequado para a coleta de dados, a entrevista foi com roteiro e realizada pessoalmente.

O segundo instrumento de coleta de dados escolhido para efetuar o presente trabalho foi o questionário. Que na colocação de Gil (2008) consiste em um conjunto de questões específicas submetidas a pessoas, com a veraz intenção de traduzir os objetivos da pesquisa. Deste modo, foi realizada a aplicação de um questionário objetivo, junto a orientações de preenchimento do mesmo, que serviu como apoio e guia para que as questões pudessem, no seu contexto, trazer um maior entendimento e melhor interpretação aos respondentes.

Conforme o delineamento tornou-se possível a aplicação do questionário com a amostra de 55 associados, escolhidos aleatoriamente na organização estudada, o qual foi construído a partir da revisão bibliográfica, com foco no terceiro setor, com o objetivo de investigar quais os impactos socioeconômicos causados pela associação, na vida de seus associados.

3.4. PROCEDIMENTOS PARA TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Após os dados adquiridos, o passo seguinte foi realizar a análise do material coletado, relacionando os dados obtidos aos objetivos iniciais do estudo.

O tratamento dos dados pode ser efetuado de duas maneiras: de forma quantitativa e de forma qualitativa. O presente trabalho fez a utilização dos dois tratamentos. E dentro dessa abordagem o método que se empregou foi o da análise de conteúdo. Que se trata de uma ferramenta para a compreensão da construção de significado que os atores exteriorizam no discurso, sendo a análise de conteúdo um método de investigação que tem por desígnio a definição objetiva, sistemática e quantificada do conteúdo manifesto na pesquisa (SILVA et al., 2005).

De tal modo, a análise dos dados foi realizada através da explanação do conteúdo da entrevista realizada com o gestor da organização e, também, dos questionários aplicados aos associados da Associação dos Pescadores Z-40 da cidade de Patos na Paraíba, que foram atentamente interpretados chegando assim à conclusão do objeto de estudo.

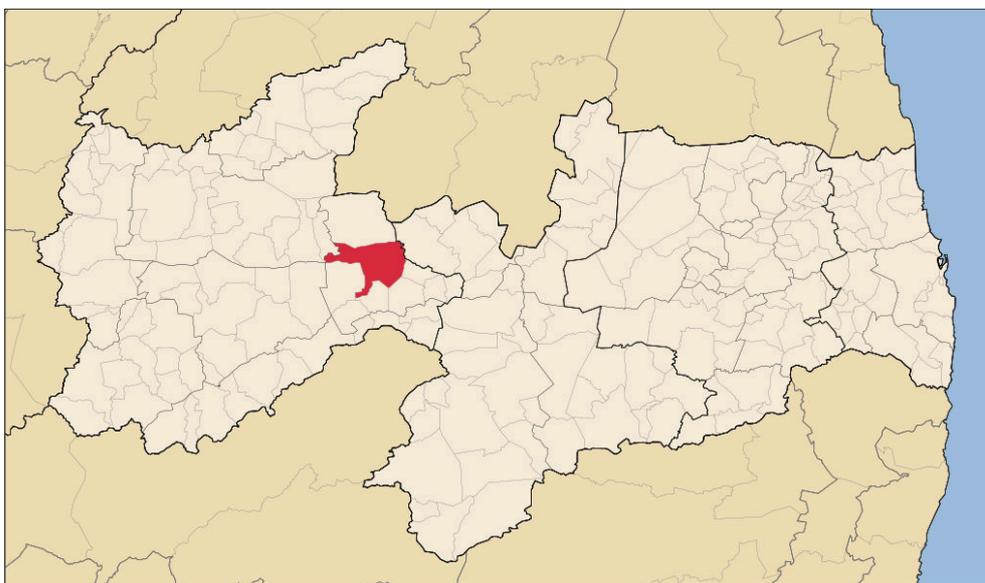
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados alcançados com base na interpretação dos dados coletados na entrevista, realizada com o gestor da organização em estudo, e nos questionários aplicados aos associados a Colônia dos Pescadores e Aquicultores em análise. Para assim, com os dados coletados responder aos objetivos iniciais do presente trabalho.

4.1. CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DA PESQUISA

O município de Patos – PB localiza-se na Mesorregião do Sertão Paraibano e Microrregião de Patos, entre as coordenadas 7° 01' 28" de Latitude Sul e 37° 16' 48" de Longitude Oeste, estando a 245 m de altitude a cima do nível do mar, distando cerca de 300 Km da capital do estado e com uma população estimada em cerca de 100.000 habitantes, segundo o IBGE (2010).

Figura 02 – Mapa de Localização da Área de Estudo



Fonte: <http://wikipedia.org>

Localizado no centro do estado, como pode ser visto na figura 02, o município apresenta uma posição geográfica privilegiada que lhe proporciona uma importância

econômica singular. Em função da sua localização no estado, Patos - PB possui uma centralidade para onde convergem dezenas de municípios, com diversos vetores que interligam o acesso aos estados do Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte (CAVALCANTE, 2008).

Assim, essa área de transição (logística) entre os estados e as cidades vizinhas faz com que o município de Patos destaque-se como um polo, que lhe concede condições de centralizar as atividades econômicas de produção e comercialização no Sertão Paraibano.

Conforme aponta o IBGE (2010), o município patoense possui o 6º maior PIB do Estado da Paraíba, com um potencial de consumo econômico superior a R\$ 1 Bilhão, sendo seus destaques o comércio e a agricultura regional. No entanto, mesmo com esse tamanho crescimento econômico, há diversos problemas sociais que não puderam ser atendidos pelo setor público do município devido a inúmeros fatores que, de acordo com as afirmações de Manãs e Medeiros (2012), evidenciam a ineficiência do Primeiro Setor (Setor Público).

De tal modo, para atender a essa ineficiência do Estado a administração pública do município tem buscado, ao longo dos anos de sua gestão, novas parcerias com o Terceiro Setor – que tem crescido bastante no município após os anos 90 com o desenvolvimento e expansão das políticas sociais públicas a nível nacional – com o objetivo de prestar assistência à população e promover o desenvolvimento social na cidade de Patos.

De acordo com os dados apontados pela Diretoria de Pesquisas do IBGE (2010) referenciados pela Abong (2010), no Brasil há um total de 556.846 organizações do Terceiro Setor distribuídas em todo o território nacional sendo que, desse total, 10.704 organizações estão situadas no estado da Paraíba. Uma vez que desses números paraibanos, um enfoque direcionado à cidade de Patos, permite ao pesquisador visualizar a representatividade de 141 organizações do Setor Terciário instaladas na cidade de estudo.

Dentre as organizações do setor analisado no referido município patoense, destaca-se o objeto de estudo dessa pesquisa, que se trata da Associação da Colônia dos Pescadores e Aquicultores José Alves de Aquino Z-40, com localização na Zona Rural as margens do Açude do Jatobá e com proximidade ao campus da UFCG situado no bairro do Jatobá, Zona Sul, da cidade de Patos.

No que se refere a Associação dos Pesquisadores e Aquicultores Z-40, ressalta-se que é uma organização sem fins lucrativos fundada sob o CNPJ Nº 04.735.479/0001-65 em 25 de Outubro de 2001 e que tem como escopo proporcionar aos seus associados a

profissionalização da atividade pesqueira e a ocupação em algo que lhes possa gerar renda e qualificação profissional.

Além disso, a entidade também se empenha na gestão da infraestrutura física que possui para auxiliar e atender aos anseios de seus associados. Como também, conta com incentivos em forma de recursos econômicos advindos do Ministério da Pesca e Aquicultura em conformidade com os objetivos do PPA do Brasil, a nível municipal.

4.2. RESULTADOS DA PESQUISA REALIZADA NA COLÔNIA DOS PESCADORES E AQUICULTORES Z-40

4.2.1 Dados da Entrevista Aplicada a Gestão da Colônia Z-40

A presente entrevista realizou-se com o responsável pela atual gestão da organização analisada, o Sr. Itamar Targino Ramos, o qual exerce a função de Presidente da Associação da Colônia dos Pescadores e Aquicultores José Alves de Aquino Z-40.

Na entrevista aplicada, foi perguntado quando e de que modo ocorreu a fundação da entidade. Obtendo-se como resposta a seguinte fala.

“Na verdade a associação existe desde Dezembro do ano de 1996, quando nos reunimos para formar uma colônia de pescadores e ajudar nas condições de trabalho que não tínhamos. Pois o pescador ficava desprezado na beira dos rios, sem ter uma sede de apoio para o seu trabalho. Graças a Deus nosso projeto deu certo e ai nós fundamos legalmente a Associação em 25 de Outubro de 2001 com CNPJ, Ata Constitutiva e Estatuto Social, bem direitinho. Que inclusive chamava-se de Colônia Z-19, na Assembleia de Constituição. Mas depois foi preciso mudar o nome da Colônia para Z-40, porque aderimos muitos associados em pouco tempo, incluindo no meio dos sócios aqueles que eram Aquicultores” (RAMOS, 2016).

Como se pode observar, o discurso do entrevistado confirma a dissertação dos autores Scheunemann e Rheinheimer (2009) que dizem que a criação de uma associação depende de uma Assembleia de Fundação, onde se faz o Constitutivo da Ata para aprovar o Estatuto Social e dar início as suas atividades legais, através da inscrição isenta no CNPJ.

Ao questionar o gestor de que forma é composta a estrutura organizacional da atual gestão da Colônia Z-40, correu a seguinte expressão.

“Em relação a estrutura da Diretoria, ela é composta por Presidente, Secretário, Tesoureiro (com vice) e o Conselho Fiscal, que são pessoas capacitadas para fiscalizar a transparência e a prestação de contas da diretoria da associação. Sendo o Secretário: José Paulo Da Silva; o Tesoureiro: Eronides Do Nascimento e o Presidente sou eu mesmo. Lembrando que todos foram eleitos através de votação em Assembleia Geral e empossados com mandatos que duram 3 anos, podendo ser reeleito apenas 1 vez. Ou seja, a gente só pode atuar durante até 6 anos” (RAMOS, 2016).

A fala no segundo questionamento, mostra o enquadramento da organização no art.54 do Código Civil Brasileiro, que afirma que as associações devem obrigatoriamente conter em seu estatuto como se organizam em relação a sua diretoria e qual a forma de gestão administrativa praticada por cada membro, bem como se procede a aprovação de suas contas.

Quando perguntado sobre o entendimento do que se tratava a gestão participativa, percebeu-se que o pesquisado não tinha domínio total a respeito do assunto, no entanto em sua resposta mostrou um conhecimento relativo no tocante ao questionamento.

“Olha confesso que não entendo muito, mas acredito que seja aquilo que a gente já vem praticando nas nossas reuniões, tanto nas administrativas quanto nas assembleias. Que funciona assim, a gente traz a ideia, o projeto ou a ação a ser executada para ouvir a opinião de todos e também para escutar as melhores opiniões e sugestões, visando sempre a melhoria. Porque aqui todo mundo tem vez e tem voz; aqui todos os associados podem influenciar a gestão” (RAMOS, 2016).

Embora não tivesse uma definição exata para o termo no momento, citando exemplos na sua fala, o entrevistado expediu uma aproximação do que seria a gestão participativa, estando de acordo com a definição atribuída por Luchmann (2007), que trata essa gestão como sendo a gestão das tomadas de decisão influenciada pela participação popular.

No que se refere ao processo de tomada de decisão da organização em análise, procurou-se saber se a gestão atual se considera participativa. Encontrando como expressão de resposta a opinião que aponta para a existência de práticas da gestão participativa, no entanto esse apontamento demonstra apenas uma convicção na fala.

“Sim, essa gestão é participativa, até porque eu como presidente e meus companheiros da diretoria nunca tomamos uma decisão sozinhos, a comunidade envolvida na pesca tem o poder de influenciar na nossa decisão, sem falar que nós também ouvimos a voz da população, tudo isso é levado em conta antes de tomarmos uma decisão referente a associação dos pescadores. Aqui toda proposta é levada para a Assembleia e quem prevalece é a vontade da maioria na hora da decisão” (RAMOS, 2016).

O processo de tomada de decisão, observado no discurso, que ocorre na Colônia Z-40 se alinha aos atributos propostos por Freeman e Shoulders (1993) apud Albuquerque et al. (2013), que apontam que nesse tipo de organização as tomadas de decisão devem ocorrer mediante votação, via Assembleia, para envolver a opinião de todos os membros da associação.

Buscando saber como a associação conseguia a mobilização de recursos para seu funcionamento, indagou-se quais as estratégias empregadas para tal mobilização.

“Bom, existem muitas estratégias para conseguir recursos para a colônia, uma delas é a mensalidade que cada associado paga para manter-se com seu cadastro ativo e em dias. Apesar do valor ser pouquinho, quando se soma o todo dá para fazer os trabalhos da colônia, é apenas R\$14,00, no entanto faz uma bela diferença no final do mês. Mas a melhor estratégia trata-se das parcerias que nós temos, tanto com o governo quanto com os empresários, que sempre nos ajuda repassando verbas, patrocínios e até doações” (RAMOS, 2016).

Analisando o discurso quanto as estratégias utilizadas para a mobilização de recursos ingressos na Colônia Z-40 destacam-se as parcerias, que no entendimento de Scheunemann e Rheinheimer (2009) são benéficas para as organizações do Terceiro Setor, pois levantam investimentos externos para financiar os projetos sociais internos da entidade, sem nenhum custo benefício em contrapartida. Fortalecendo, inclusive, as alianças e a interdependência entre os três setores.

No sexto questionamento, procurou-se uma avaliação da gestão atual da associação sobre os materiais e frota pesqueira destinada aos pescadores. E incrivelmente obteve-se a informação de que a colônia não dispunha de tais materiais e frota para a atividade da pesca.

“Infelizmente a associação não tem esses materiais e nem essa frota de pesca, falta recursos para isso e também falta a ação governamental, que deveria nos fornecer todas as condições para o trabalho, até porque é um dos objetivos do Ministério da Pesca e Aquicultura. A avaliação é que, graças a Deus, todo pescador tem seu próprio material, sua própria embarcação, porque se não tivesse estava desempregado, mas as condições são precárias” (RAMOS, 2016).

Como se percebe através da expressão a cima, a presidência da associação atribui a responsabilidade quanto a falta de equipamentos e embarcações para a Colônia Z-40 ao governo, pois esse fornecimento está previsto nos objetivos do Ministério da Pesca e Aquicultura do Brasil, com a finalidade de renovar as frotas pesqueiras em todo território nacional. Porém, há uma falta de assistência governamental nesse sentido, que corrobora para

a confirmação de Mañas e Medeiros (2012) que apontam o Estado como ineficiente na promoção do bem-estar social da coletividade.

Na concepção do Presidente da Associação dos Pescadores Z-40 de Patos – PB, o sétimo questionamento foi o mais complexo de todos, pois buscava saber quais as reais condições dos açudes da região para a pesca. Na fala do pesquisado, notou-se tamanha delicadeza em tratar do assunto.

“Na verdade, os açudes da região não apresentam condições nenhuma para os pescadores e nem para a população local como um todo, pois as águas são poluídas por o lixo que as pessoas jogam nos mananciais e por esgotos que são despejados nos açudes a céu aberto. Tudo isso acaba contaminando ou matando o peixe e em alguns casos deixa até o pescador doente, porque teve um contato direto com as águas. Digo isso porque estou presente nas águas e flagro esses casos. Inclusive o ano passado [2015] a colônia realizou uma ação para chamar a atenção das autoridades e da população patoense, propondo a limpeza dos mananciais e conscientização das pessoas, o movimento chamou-se Patos Pró-Água. No entanto, as pessoas e as autoridades parecem não se preocupar. Além disso, existe o problema da quantidade de açudes e do tamanho dos tais, que são poucos e pequenos ao mesmo tempo, fazendo com que o pescador daqui tenha que viajar até outros estados para pescar o seu peixe, porque os açudes da região não suportam mais a quantidade de pescadores associados, que são obrigados a dividirem o seu espaço nas águas com outras pessoas que pescam irregularmente na região, sem nenhuma fiscalização competente” (RAMOS, 2016).

Nesse sentido, Perroti (2005) expõe que o Estado não deveria se posicionar apenas no tocante a fiscalização das normas legais e na regulamentação de setores estratégicos da economia, mas poderia também se preocupar com as inúmeras questões ambientais, que tem afetado diretamente a vida e a saúde da população, tanto nacional como local, reduzindo a qualidade de vida das pessoas em sociedade, como trata-se do caso explicito na fala.

Na última abordagem, do roteiro de entrevista estabelecido, foi questionado quais os impactos socioeconômicos que Colônia Z-40 causou na vida de seus associados, de acordo com a visão do gestor da organização. A resposta permitiu uma aproximação da percepção que a gestão da entidade analisada tem em relação a tais impactos estudados.

“Em relação aos impactos socioeconômicos, pode se dizer que a pesca melhorou muito a vida do pescador. Primeiramente, vamos lembrar que antigamente pescador não era profissão, todos éramos discriminados. No entanto, essa importância econômica e social nos permitiu ser reconhecidos como profissionais da pesca, em todo o Brasil. Quantas pessoas que não tinham nenhuma profissão e hoje são pescadores qualificados, ganhando seu dinheiro certo todos os meses e sustentando sua família com a renda que vem da pesca. Com toda certeza, esses impactos dignificaram o pescador e diminuíram a pobreza das famílias” (RAMOS, 2016).

Confirmando o que foi mencionado na alocação, Tachizawa (2012) relata que o trabalho proporcionado pelo Terceiro Setor promove os indivíduos a medida que os oferece emprego e renda, tirando-os da exclusão imposta pelas práticas mercadológicas. Assim, os impactos socioeconômicos criam uma possibilidade de desenvolver aspectos positivos a determinados grupos sociais, pois são capazes de amenizar as desigualdades e promover o bem-estar social da coletividade.

4.2.2 Perfil da Amostra dos Pescadores e Aquicultores Analisados na Colônia Z-40

O presente questionário aplicou-se com os associados da Colônia dos Pescadores e Aquicultores José Alves de Aquino Z-40 de Patos - PB.

Objetivando traçar o perfil da amostra entrevistada, levantou-se os dados relativos ao sexo, a escolaridade, a residência e a ocupação dos associados em análise. Tais dados seguem sintetizados na Tabela 01.

Tabela 01 – Distribuição da Amostra Quanto ao Perfil

Variáveis	Participantes	%
Sexo		
Masculino	36	65,45%
Feminino	19	34,55%
Total	55	100%
Grau de Escolaridade		
Superior Incompleto	2	3,64%
Ensino Médio Completo	9	16,36%
Ensino Médio Incompleto	4	7,27%
Ensino Fundamental Completo	7	12,73%
Ensino Fundamental Incompleto	22	40,00%
Não Alfabetizado	11	20,00%
Total	55	100%
Local de Residência		
Zona Urbana	32	58,2%
Zona Rural	23	41,8%
Total	55	100%
Profissão/Ocupação		
Pescador(a)	37	67,27%
Aposentado	7	12,72%
Doméstica	4	7,27%
Comerciante	2	3,63%
Vendedor	2	3,63%
Agricultor	1	1,81%
Padeiro	1	1,81%
Pintor	1	1,81%
Total	55	100%

Fonte: Autoria própria (Set/2016)

Ao se analisar a Tabela 01, verifica-se que 65,45% dos participantes desta pesquisa são do sexo masculino, enquanto que 34,55% pertencem ao gênero do sexo feminino. A maioria dos entrevistados (40%) tinha somente o ensino fundamental incompleto, enquanto 12,78% possuíam o ensino fundamental completo e 20% eram analfabetos. Os que tinham o ensino médio incompleto eram 7,27%, enquanto que 16,36% declararam já ter concluído o ensino médio e 3,64% caracterizaram-se com ensino superior incompleto.

Quanto a localização da residência dos pescadores e aquicultores associados, os dados apontam que 58,2% dos entrevistados residem na Zona Urbana, enquanto 41,8% habitam na Zona Rural.

No que diz respeito a profissão/ocupação, 67,27% dos pesquisados declararam ser pescadores; 12,72% eram aposentados; 7,27% informaram ser domésticas; 3,63% declararam-

se como comerciantes; 3,63% eram vendedores(as) e 1,81% apontaram-se como padeiro, pintor e agricultora, respectivamente.

No que se refere ao sexo, os dados levantados através da presente pesquisa não acompanham as estatísticas apresentadas pelo último censo do IBGE (2010) como também não seguem as estimativas populacionais divulgadas anualmente no Brasil, que apontam concretizadamente em suas amostras uma predominância de mulheres na população brasileira, ao invés de uma predominância masculina.

Já em relação ao grau de escolaridade, verificou-se que a amostra entrevistada possui o que se pode denominar de baixa escolaridade, partindo do princípio de que 60% dos entrevistados ainda não haviam concluído o ensino fundamental e quase a totalidade (80%) não haviam completado o ensino médio.

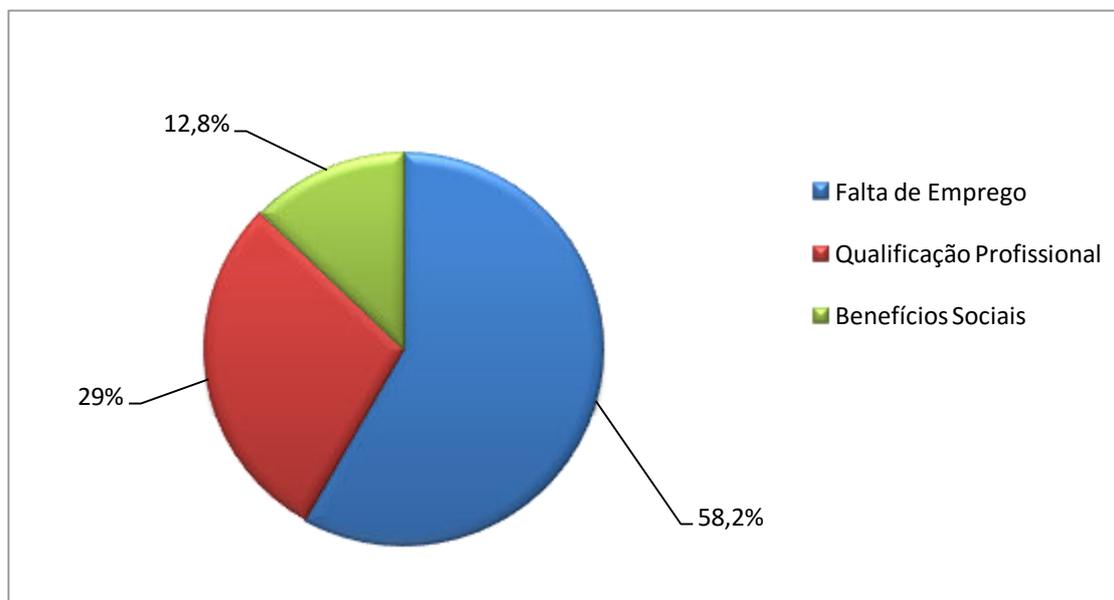
Torna-se importante destacar que esse baixo grau de escolaridade pode ser traduzido em uma redução das possibilidades de capacitação dos associados, partindo do princípio de que os mesmos tiveram menos acesso ao conhecimento e a educação.

Quanto a profissão/ocupação, os dados colhidos na presente pesquisa demonstram que a amostra entrevistada era bastante diversificada, visto que formou-se por profissionais de 08 áreas diferentes, mas com predominância na ocupação de pescador. Essa diversidade permitiu a coleta de opiniões diferentes sobre o mesmo objeto de estudo e análise, que no caso, se trata dos impactos socioeconômicos que a Associação da Colônia dos Pescadores Z-40 causa na vida de seus associados.

4.2.3 Resultados – Pesquisa Quantitativa: Associados a Colônia Z-40

Num primeiro momento, procurou-se saber dos entrevistados o que os levou a praticar a pesca e/ou ingressar na associação. As respostas colhidas foram apresentadas, em forma de dados, no Gráfico 01.

Gráfico 01 - Distribuição da amostra quanto ao motivo de ingresso dos entrevistados na pesca e/ou na associação.



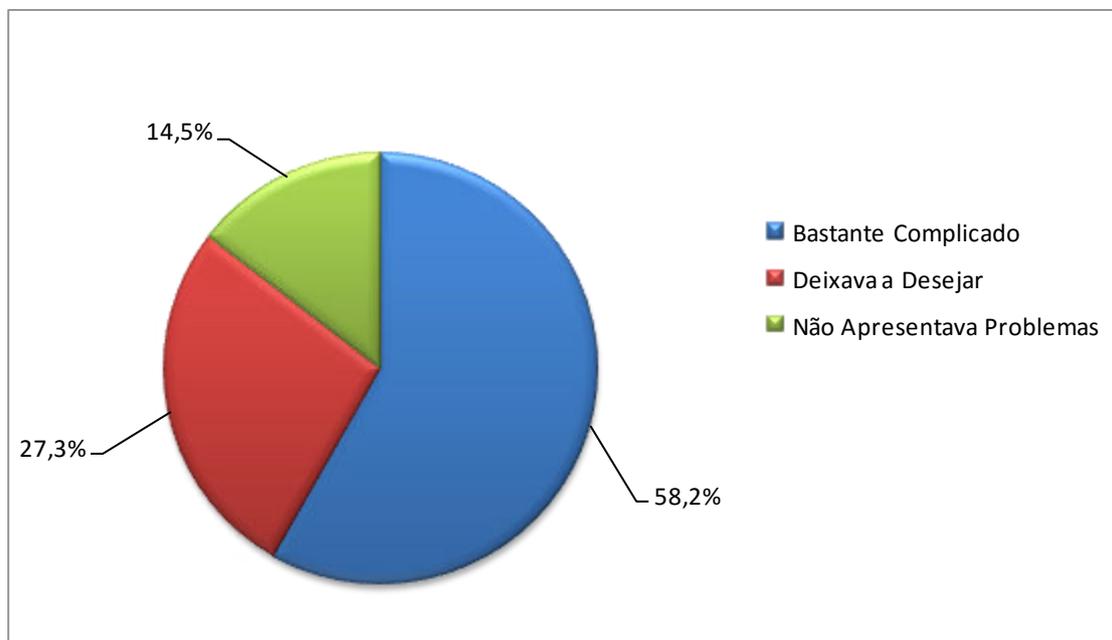
Fonte: Autoria própria (Set/2016)

A análise dos dados contidos no Gráfico 01 permite concluir que 58,2% dos entrevistados atribuíram a falta de emprego como o principal motivo que os levou a praticar a pesca e/ou a ingressar na associação. Bem como 29% consideraram que o seu principal motivo foi a oportunidade de qualificação profissional, enquanto 12,8% acreditam que os benefícios sociais foram a causa que os levaram a prática da pesca e/ou ingresso da associação.

Através dos dados gerados, pela maioria da amostra analisada nesse questionamento, torna-se possível confirmar as declarações dos autores Scheunemann e Rheinheimer (2009) que dizem em suas obras que o Terceiro Setor gera oportunidades de emprego para pessoas ociosas e desempregadas, lhes proporcionando a satisfação de se sentir útil. Como também, oferece a oportunidade de um novo aprendizado, a essas pessoas, com a finalidade de acrescentar-lhes um nível maior de qualificação na mão de obra oferecida.

Numa segunda abordagem, procurou-se saber dos entrevistados como era o exercício da sua pesca, antes da sua entrada na associação. O Gráfico 02 apresenta os dados relativos a esse questionamento.

Gráfico 02 - Distribuição da amostra quanto à opinião sobre o exercício da pesca antes da existência da associação dos pescadores.



Fonte: Autoria Própria (Set/2016)

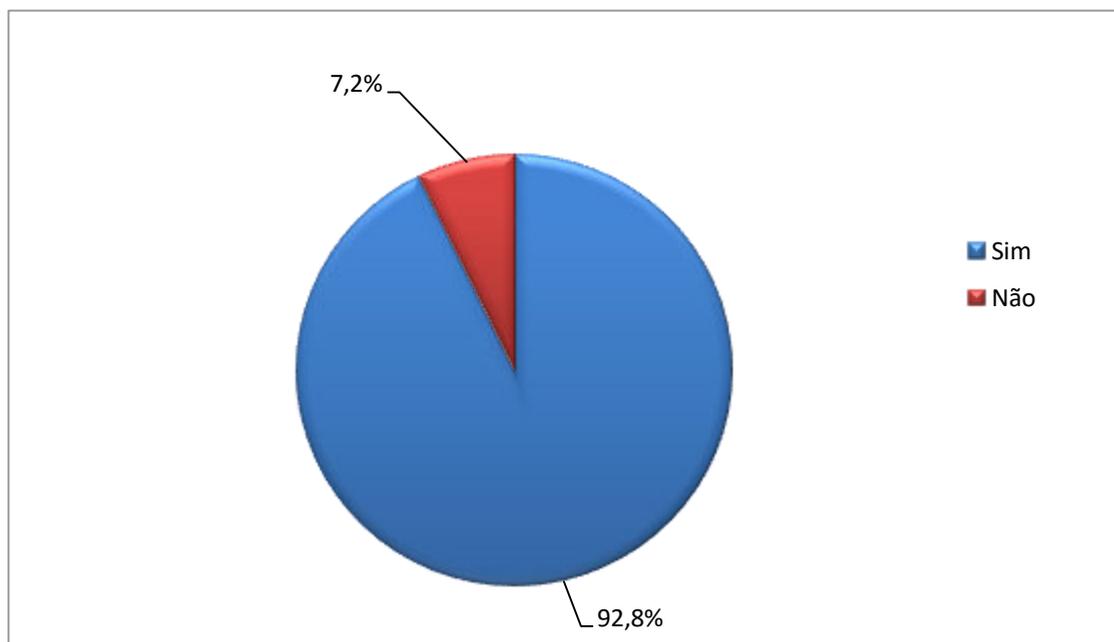
Analisando os dados contidos no Gráfico 02, verifica-se que para 58,2% dos entrevistados a pesca era bastante complicada antes da existência da associação, enquanto 27,3% informaram que a pesca apenas deixava a desejar e 14,5% alegaram que não apresentava problemas algum na pesca anteriormente a associação.

Oliveira e Romão (2011) destacam que quando o trabalho é realizado de forma desorganizada, sem nenhuma estrutura de apoio e ainda sem a devida regulamentação pode ser considerado como um trabalho bastante complicado, devido a sua desqualificação profissional e trabalhista. Contribuindo assim, para a deteriorização das condições de trabalho e do convívio social.

Em resposta aos problemas a cima relacionados, a existência da associação dos pescadores se apresentou como uma das alternativas para a viabilização da melhoria do exercício da pesca na cidade onde a mesma se localiza.

Num terceiro momento, buscou-se saber dos associados se com a criação da Colônia Z-40 as condições de trabalho dos pescadores melhoraram. As respostas colhidas foram transformadas em dados e apresentados no Gráfico 03.

Gráfico 03 - Distribuição da amostra quanto à opinião se a criação da Colônia Z-40 melhorou as condições de trabalho dos pescadores.



Fonte: Autoria própria (Set/2016)

Analisando os dados apresentados no Gráfico 03, verifica-se que segundo 92,8% dos entrevistados as condições de trabalho dos pescadores melhoraram quando criada a Colônia Z-40 em Patos. Entretanto, 7,2% declararam que tal processo não contribuiu para a melhoria das condições de trabalho dos pescadores associados à colônia.

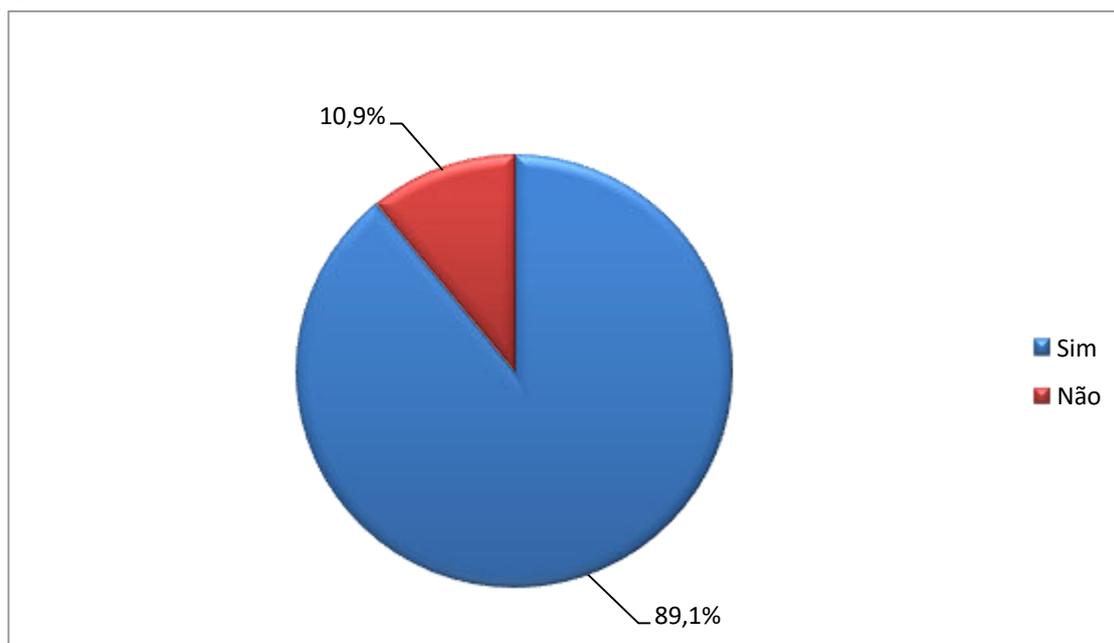
De acordo com Mañas e Medeiros (2012) o Terceiro Setor é capaz de proporcionar uma melhoria nas condições de trabalho dos indivíduos, pois tem como finalidade a promoção da igualdade e do desenvolvimento social, num processo de ação solidária que gera um novo sentido de cidadania aos envolvidos nessa rede.

Assim, pela afirmação da grande maioria quanto ao questionamento e a relação com as ponderações do autor citado a cima, visualiza-se que a associação dos pescadores e aquicultores proporcionou, claramente, melhorias nas condições de trabalho de seus associados, em relação a antecessão de sua existência. Oferecendo-lhes apoio estrutural, representação administrativa e jurídica, além de diversos benefícios sociais, como é o caso do Seguro Defeso – que funciona como uma espécie de Seguro Desemprego durante a reprodução da espécie aquática, a qual é proibida a pesca por um período de 3 meses.

Mediante o quarto questionamento, procurou-se saber dos pesquisados se a existência da associação dos pescadores, a qual são associados, trouxe-lhes mais segurança e melhor

qualidade de vida para suas famílias. Obtendo-se como resposta os dados que seguem no Gráfico 04.

Gráfico 04 - Distribuição da amostra quanto à opinião se a existência da associação dos pescadores trouxe mais segurança e melhor qualidade de vida para a família do pescador.



Fonte: Autoria própria (Set/2016)

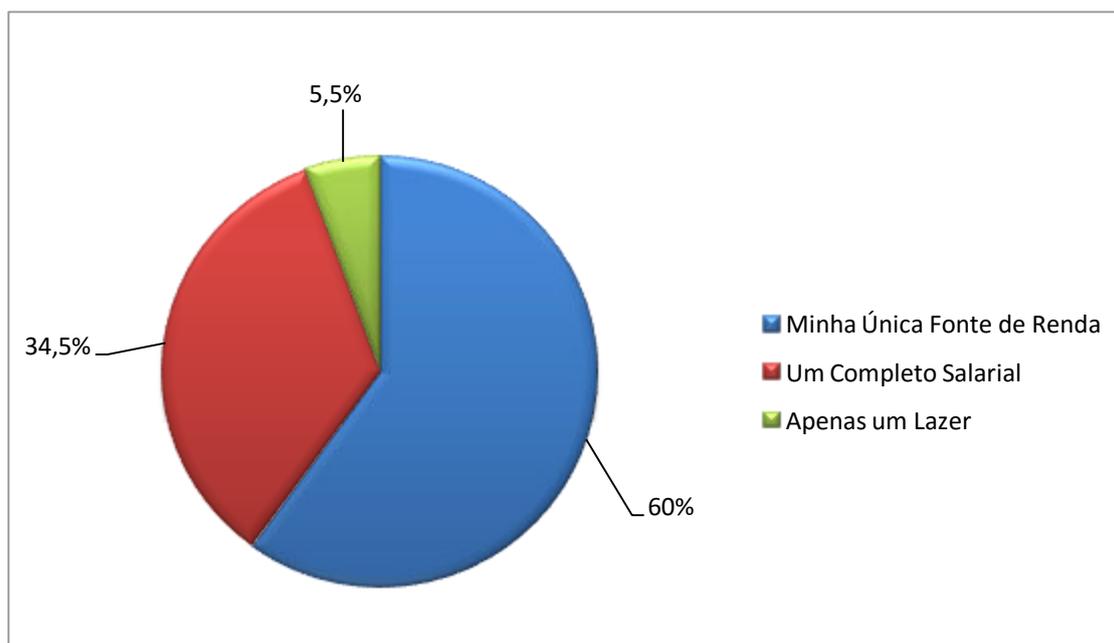
Quando se analisa os dados contidos no Gráfico 04, conclui-se que para 89,1% dos associados a existência da Colônia do Pescadores e Aquicultores trouxe sim mais segurança e melhor qualidade de vida para suas famílias, enquanto 10,9% entendem que não.

Na concepção de Perroti (2005) alguns dos valores fundamentais das organizações sem fins lucrativos tratam-se da confiança e da assistência a população carente, que as tais organizações podem promover na vida de seus associados, de modo a lhes permitir a garantia de seus direitos e a redução da pobreza familiar.

Nesse sentido, a confiança e a qualidade de vida são apresentadas como sendo uma das soluções para a diminuição da pobreza e das desigualdades sociais que impactam diretamente no ambiente familiar desses pescadores que apontaram para sim na pesquisa quanto à melhoria da qualidade de vida de suas famílias, por intermédio da Colônia Z-40.

Em uma vertente direcionada para o quesito econômico, o quinto questionamento indagou qual a importância econômica da pesca na renda familiar dos entrevistados. Que responderam como se segue no Gráfico 05.

Gráfico 05 - Distribuição da amostra quanto à importância econômica da pesca em sua renda familiar.



Fonte: Autoria própria (Set/2016)

Com uma exata análise dos dados destacados no Gráfico 05, é possível apontar que 60% dos pesquisados afirmaram que a renda proveniente da pesca era a sua única fonte de renda, enquanto 34,5% disseram se tratar apenas de um complemento salarial e, os demais, 5,5% pontuaram que a pesca tratava-se apenas de um lazer em suas vidas.

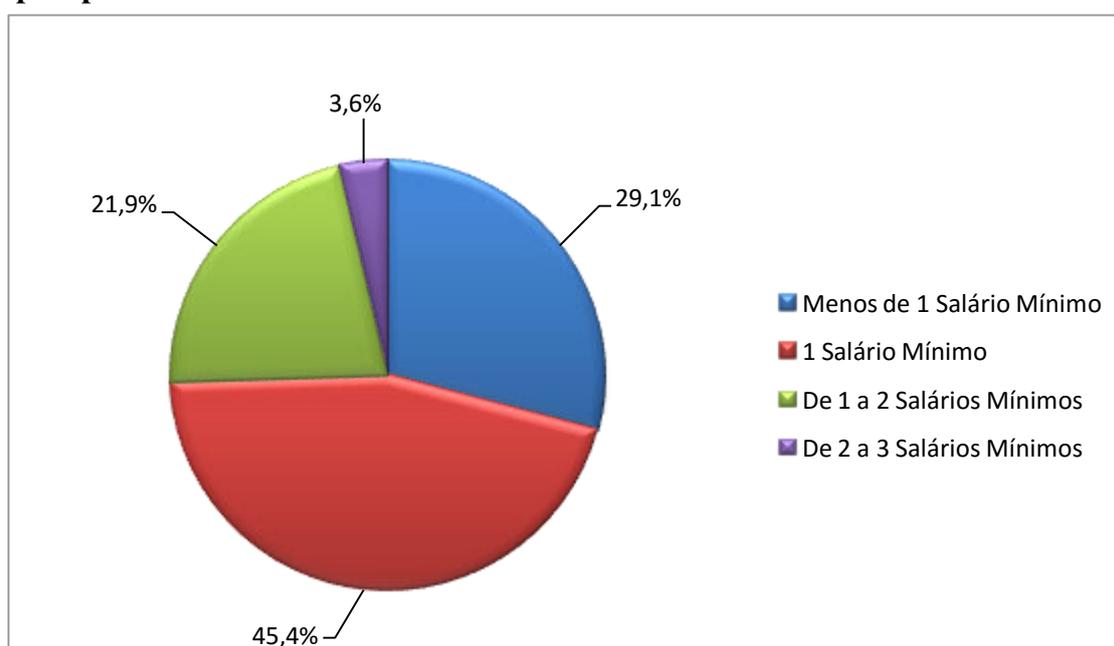
Sobre uma perspectiva analítica, esse questionamento evidencia um antagonismo, referente ao mesmo assunto, entre determinados autores. Para Scheunemann e Rheinheimer (2009) o Terceiro Setor trabalha apenas o campo social, não se dedicando a importância do campo econômico, pois esse movimento é não lucrativo. Porém, a visão de Mañas e Medeiros (2012) se distingue na afirmação de que esse Setor dedica-se ao campo econômico, pois gera emprego e renda a pessoas carentes, influenciando no aumento do consumo familiar local.

De tal modo, com base nos dados apanhados, a maioria dos associados depende exclusivamente da renda advinda da atividade pesqueira, praticada na Colônia Z-40, para deferir seus custos e despesas financeiras ou econômicas, sendo que por esse motivo praticam

a pesca, pois visam o lucro e o aumento da renda familiar para sobreviverem. Dessa forma o pensamento declarado por Mañas e Medeiros (2012) traz a maior proximidade no que diz respeito ao assunto analisado, esclarecendo com precisão a importância da renda mensal para os entrevistados e os seus impactos socioeconômicos causados às famílias.

Levando em consideração a questão anterior, na sexta indagação buscou-se saber qual seria a renda mensal que a pesca proporcionava para o pescador da Colônia Z-40. Assim, a exibição desses dados segue no Gráfico 06.

Gráfico 06 - Distribuição da amostra quanto a renda mensal proporcionada pela pesca ao entrevistado.



Fonte: A autoria própria (Set/2016)

Os dados contidos no Gráfico 06, esboçam que a maioria (45,4%) dos entrevistados afirmaram receber o valor equivalente a 1 Salário Mínimo através da atividade pesqueira; 29,1% disseram receber ganhos inferiores a 1 Salário Mínimo, enquanto 21,9% acenaram para ganhos de 1 a 2 Salários Mínimos; e apenas 3,6% caracterizaram-se com uma renda de 2 a 3 Salários Mínimos provenientes da pesca.

Discorrendo sobre a renda, Langoni (2005) diz que se trata da remuneração em contrapartida de um esforço produtivo ocorrido num determinado período de tempo, onde o aumento do nível dessa renda pode melhorar, também, o bem-estar dos indivíduos em sociedade. Nessa corrente de pensamento, o autor ainda esclarece que a desigualdade na

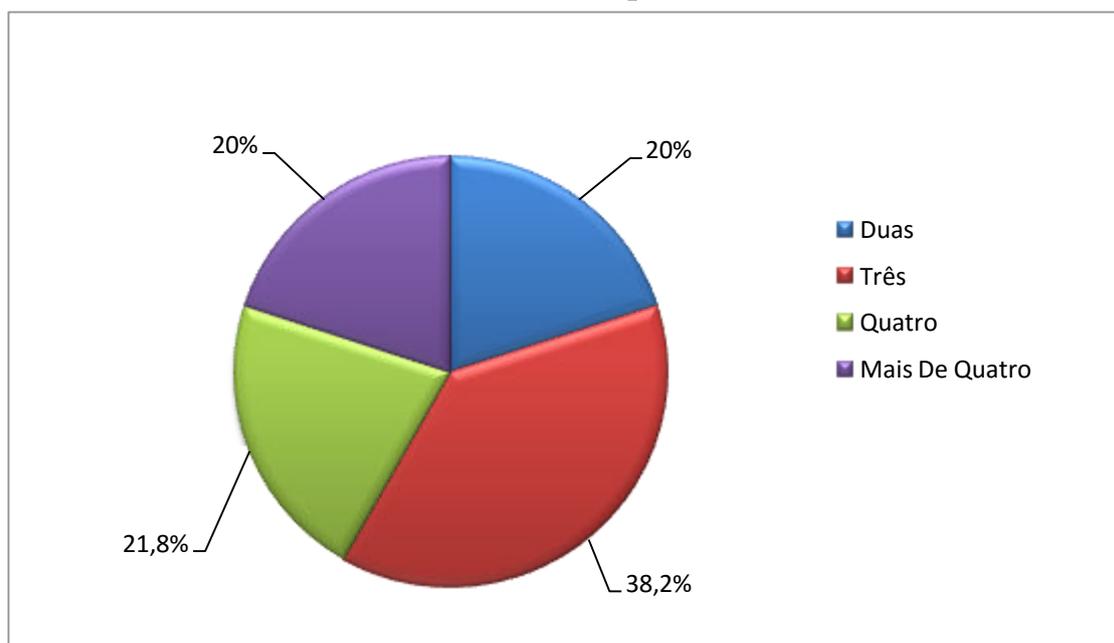
distribuição de renda brasileira pode ser percebida com maior força entre pessoas com níveis de escolaridade mais baixos, incluindo os analfabetos, pois possuem o menor grau de qualificação e acabam excluídos no mercado de trabalho.

Assim, a partir do entendimento que se tem a respeito da desigualdade social através da distribuição de renda, percebe-se que a atividade pesqueira desenvolvida na Colônia Z-40 fornece aos associados ganhos próximos ou a partir do valor de 1 salário mínimo (R\$880,00), a todos os envolvidos na pesca associativa. Atribuindo, desse modo, uma renda fixa para pessoas que não possuam nenhuma renda estabelecida para sua própria sobrevivência e eram exclusas do mercado de trabalho local devido a baixa qualificação profissional.

Sendo assim, essa atividade pesqueira e aquicultura têm contribuído para o desenvolvimento socioeconômico de famílias que vivem em estado de pobreza e desigualdade social no município patoense, uma vez que se encontravam desassistidas pelo Estado (Primeiro Setor) e exclusas do mercado (Segundo Setor).

Ainda com base nos critérios econômicos, o sétimo questionamento fez uma relação entre renda e dependentes, buscando saber quantas pessoas residiam e dependiam da renda na casa de cada pescador. O Gráfico 07, que segue, diz respeito a esse questionamento.

Gráfico 07 - Distribuição da amostra em relação à quantidade de pessoas que habitam na residência dos entrevistados e dependem de sua renda mensal.



Fonte: Autoria própria (Set/2016)

Quando se analisa os dados exibidos no Gráfico 07, verifica-se que 38,2% dos pesquisados afirmam a quantidade de 3 habitantes em sua residência, enquanto 21,8% apontam 4 residentes em seu domicílio e 20% afirmam, respectivamente, 2 e Mais de 4 pessoas habitando no mesmo lar e dependendo da mesma renda.

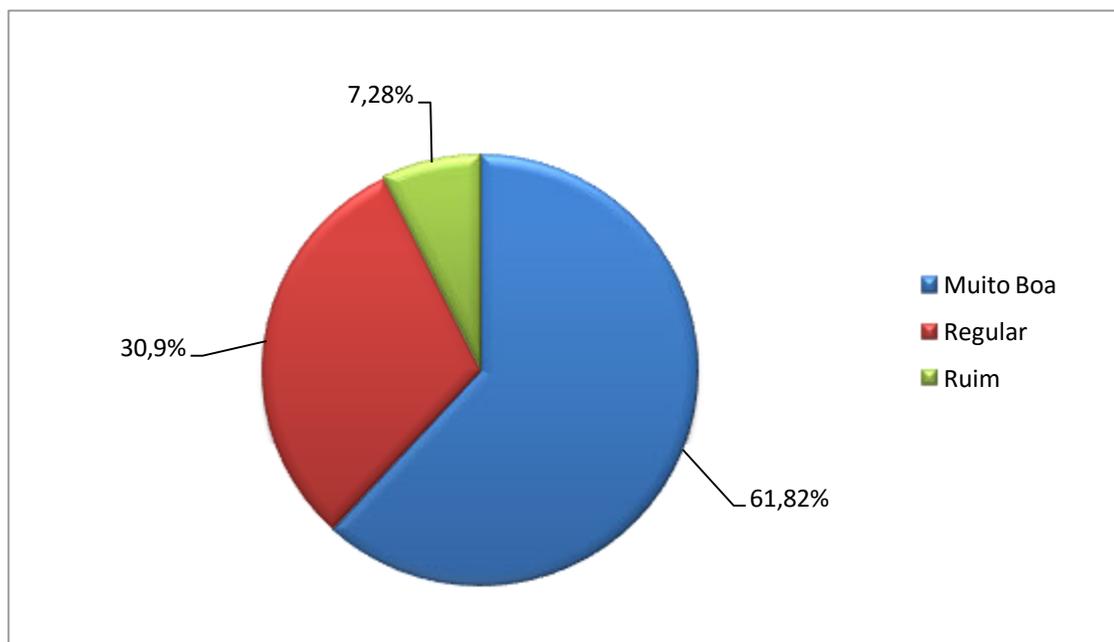
De acordo com a colocação de Souza (2005) quanto maior for a quantidade de pessoas residentes em um domicílio, dependentes da mesma renda familiar, menor será a renda per capita dos indivíduos dessa família, pois divide-se a renda total familiar pela quantidade de moradores residindo numa mesma casa. Assim, fatalmente, essa ocasião poderá proporcionar uma redução no orçamento, na qualidade de vida e no nível de consumo dessas pessoas.

Com relação ao questionamento proposto e a afirmação da autora citada, denota-se que grande parte dos entrevistados (80%) reside em um domicílio com uma considerável quantidade de pessoas (de 3 a cima) dependentes de uma única renda pessoal na família, implicando em uma grande probabilidade de diminuição da renda per capita desses pescadores associados a Colônia Z-40, de modo a impulsionar a qualidade de vida destes para baixo e limitar o seu poder de compra e consumo mercadológico, devido a baixa renda per capita a qual possuem.

Mesmo assim, a renda advinda da atividade pesqueira continua sendo de fundamental importância na vida dos entrevistados, pois garante ao menos condições de sobrevivência para os tais. Visto que para Mañas e Medeiros (2012) essa ação do Terceiro Setor sobre o campo socioeconômico confirma a ineficiência do Estado, como Primeiro Setor.

Fomentando novas buscas, num oitavo momento, o questionário direcionou-se para uma avaliação quanto a gestão atual da Colônia Z-40, buscando saber como os associados avaliavam a qualidade desempenhada pela gestão atual. As respostas apresentadas foram transformadas em dados e exibidas no Gráfico 08.

Gráfico 08 - Distribuição da amostra quanto à forma como avaliavam a atuação da gestão da Colônia Z-40.



Fonte: Autoria própria (Set/2016)

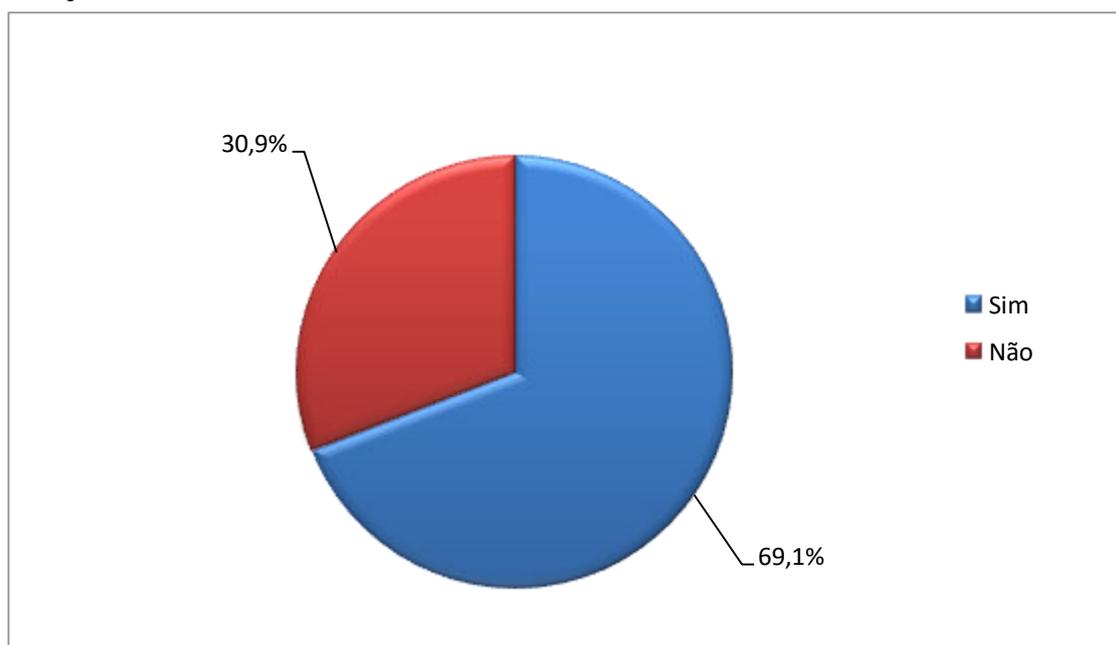
Ao analisar os dados expostos no Gráfico 08, verifica-se que 61,82% dos entrevistados avaliam como Muito Boa a atuação da atual gestão da colônia; 30,9% avaliam como sendo Regular a gestão exercida e 7,28% entendem que essa atuação é exercida de forma Ruim.

Conforme detalha Scheunemann e Rheinheimer (2009), em sua obra, a gestão praticada nas associações trata-se da gestão social, que procura sempre promover ações transformadoras com a maior responsabilidade requisitada, atuando de forma transparente e buscando gradativamente o bem-estar da coletividade associada.

Nessa perspectiva, percebe-se que a maior parte entrevistada credita como muito boa a gestão da diretoria da Colônia Z-40, que remete ao entendimento de que se trata de uma gestão firmada na responsabilidade social e na transparência quanto aos recursos destinados as atividades administrativas, tendo como consequência o aumento do bem-estar dos pesquisados. No entanto, há uma pequena parcela dos associados pesquisados que apontam a gestão como ruim, ou seja, de baixa qualidade. Que para Tachizawa (2012) isso ocorre devido a ineficiência da governança ou da gestão organizacional, que impacta diretamente sobre as atividades da organização prestadas aos agentes que a interagem, podendo tornar-se alvo exposto de críticas quando a sua eficiência não alcança o todo efetivamente.

Através do nono questionamento, indagou-se aos pesquisados se o pessoal que compõe a Diretoria da Colônia Z-40 se mostra capacitado para exercer seus cargos e funções. Sendo apresentado, no Gráfico 09, os dados respondidos desta questão.

Gráfico 09 - Distribuição da amostra quanto à opinião se o pessoal que compõe a diretoria da Colônia Z-40 se mostra capacitado para exercer seus cargos e funções.



Fonte: Autoria própria (Set/2016)

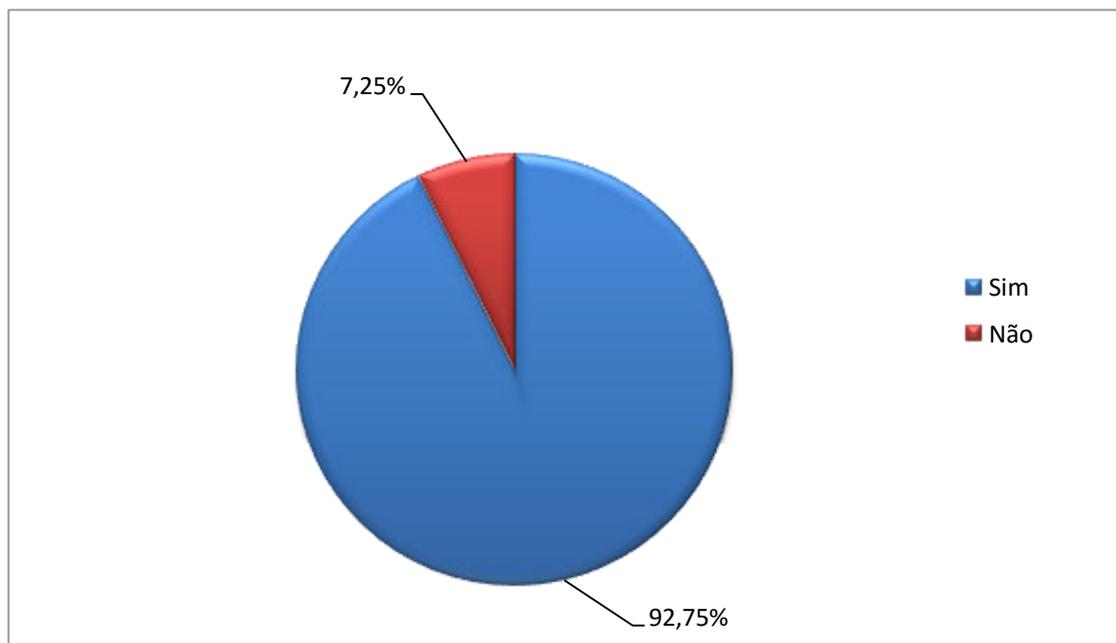
A análise dos dados contidos no Gráfico 09 possibilita o entendimento de que 69,1% dos entrevistados acham que o pessoal que compõe a Diretoria da Colônia Z-40 se mostra capacitado para o exercício de suas funções. No entanto, para 30,9% esse pessoal não se encontra capacitado.

Oliveira e Romão (2011) afirmam que, de modo geral, para o exercício de um cargo ou função administrativa nas organizações sem fins lucrativos, o colaborador precisa necessariamente ser capacitado. Pois sem essa condição, o mesmo não mostrará condições de bem desempenhar suas atribuições organizacionais.

Nesse caso, visto tamanho equilíbrio entre as respostas, por lidarem com o desafio de gerenciar uma entidade sem fins lucrativos e trabalharem diretamente com pessoas, a diretoria da organização analisada deve ser capacitada para exercer suas funções, tendo inclusive que aprender noções básicas de ética, cidadania, relacionamento interpessoal e administração.

Mediante o último questionamento, procurou-se saber se os associados consideravam os serviços prestados pela Associação dos Pescadores e Aquicultores como algo positivo. Os dados relacionados a esse questionamento encontram-se expostos no Gráfico 10.

Gráfico 10 - Distribuição da amostra quanto ao fato se consideram os serviços prestados pela associação como algo positivo.



Fonte: Aatoria própria (Set/2016)

Com a análise dos dados apresentados no Gráfico 10, conclui-se que segundo 92,75% dos entrevistados os serviços prestados pela Associação pode ser considerado como algo positivo, enquanto que, para 7,25% esses serviços prestados pela Associação não se apresentam como positivo.

Dissertando sobre os benefícios que as organizações do Terceiro Setor proporcionam, Scheunemann e Rheinheimer (2009) enaltecem a oportunidade de emprego e renda, de qualificação profissional, de aprendizado acumulativo, novos vínculos sociais entre outros.

Assim, os serviços prestados pela Colônia Z-40 pode proporcionar variados resultados positivos ao seu público alvo, como observou-se na percepção dos pesquisados. Havendo um maior impacto socioeconômico a medida que soluciona as diversas questões sociais no pleito de sua demanda.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta investigação consistiu em identificar os impactos socioeconômicos causados pela Associação dos Pescadores e Aquicultores José Alves de Aquino, na vida de seus associados. Para responder ao problema de pesquisa, tornou-se necessário entender o funcionamento da gestão na organização analisada.

A este respeito, foi possível verificar que mesmo com o pessoal da diretoria administrativa sendo avaliado, por 30,9% dos entrevistados, como detentores de uma baixa capacitação para o exercício de suas funções, os serviços e resultados oferecidos pela colônia, através de suas atividades, foram considerados pela maioria dos associados (92,75%) como sendo algo positivo e satisfatório.

Dentre as práticas de gestão da diretoria, destacou-se a utilização da gestão participativa, a qual envolve todos os membros associados a organização nos processos e ações de tomada de decisão, bem como ajuda nas questões referentes a transparência, uma vez que todos passam a responder e responsabilizar-se por cada ação executada na gestão presente.

Com relação as estratégias para mobilização de recursos, constatou-se que a gestão da colônia utiliza seu leque de parcerias e as diversas doações de terceiros, como suas principais armas, afim de atender suas necessidades e maximizar suas fontes financeiras, de modo a proporcionar novos financiamentos em projetos destinados ao público social.

No que diz respeito aos dados colhidos através do questionário, tratados estatisticamente e analisados a luz do referencial teórico, pôde-se constatar os diversos impactos socioeconômicos que a Colônia Z-40 causou na vida de seus membros associados.

Sabendo disso, a grande maioria dos pesquisados (58,2%) informaram ter ingressado na atividade pesqueira e na associação, devido a estarem desprovidas de um emprego e consequentemente sem o domínio de uma renda para a sobrevivência familiar. Com isso, viram através da pesca uma oportunidade para obter uma profissão capaz de lhes gerar uma remuneração e uma recolocação no mercado de trabalho, trabalhando em escala livre de horário e tendo acesso aos benefícios sociais destinados ao ramo pesqueiro.

Na opinião de 58,2% da amostra entrevistada, a pesca a qual praticavam antes da existência da Colônia Z-40 era bastante complicada, o que inviabilizava e tornava cada vez mais difícil as condições de trabalho dos pescadores, assim a colônia se apresentou como uma

solução imediata para uma melhoria relativa nas condições de trabalho desses profissionais, tornando a atividade exercida em sua profissão mais segura e sem tantas complicações. Além da ponderação realizada por 92,8% dos pescadores e aquicultores que apontaram uma melhoria substancial na qualidade de vida de suas famílias ao longo do tempo.

No que diz respeito a renda adquirida com a pesca, a pesquisa aponta que para a maior parcela dos entrevistados (60%), essa remuneração representa a única fonte de renda que os tais possuem para sustentar o domicílio familiar. Sendo que os valores na maioria das vezes chegam a ultrapassar a equivalência de um salário mínimo, definido em R\$880,00. De tal maneira, verifica-se que se não praticassem a ocupação da atividade pesqueira, essas famílias estariam em estado de pobreza avançada, correndo altíssimos riscos de sofrerem com a marginalização e o aumento da desigualdade social.

Embora note-se todos estes impactos socioeconômicos de forma positiva como é o caso do aumento da geração de emprego e renda, elevação do nível da renda per capita familiar, redução relativa da pobreza e desigualdade social, melhoria nas condições de trabalho entre outros. Também há os impactos negativos a serem ponderados, como a sazonalidade da pesca; os riscos da profissão, pois o pescador pode sofrer um acidente de trabalho ou até mesmo de percurso na busca por melhores açudes na região; e, os danos causados ao meio ambiente, que vão desde a contaminação possível das águas e dos peixes até uma situação de emergência como a seca.

Desse modo, a gestão no setor estudado deve ser orientada à busca pela eficiência tanto no âmbito social quanto econômico, à medida que a aplicação eficiente dos recursos organizacionais poderá gerar uma melhoria no alcance dos resultados.

Por fim, os dados deste trabalho se configuram em uma oportunidade para a realização de novas investigações que alcancem uma maior população, e conseqüentemente, maior volume de dados a serem comparados e analisados com a presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, L. S.; BATISTA, F. F.; SIMOES, M. P. A.; CIRNE, G. M. P. **Estudo sobre as Competências dos Gestores do Terceiro Setor das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP no Processo de Gestão do Estado da Paraíba.** In: IV Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho – ANPAD – EnGPR, Brasília – DF, 2013.
- BARBETTA, P. A. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais.** Cap. 3. 5ª Edição. Santa Catarina: 2002. Disponível em <<http://www.inf.ufsc.br/Amostragem/pdf>>. Acesso em 14 de Setembro de 2016.
- BRASIL, **Código Civil.** 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- CARVALHO, M. do C. B. de. **Gestão social: alguns apontamentos para o debate.** In: RAICHELIS, R.; RICO, E. de M. (Org.). **Gestão social uma questão em debate.** São Paulo: Educ, 1999.
- CASTRO, Paula Pessoa de. **A gestão das organizações de terceiro setor: entre a lógica social e a lógica estratégica.** Belo Horizonte, 2010. 143f. : il. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.
- CAVALCANTE, Vilma Lucia Urquiza. **A centralidade da cidade de Patos-PB: um estudo a partir de arranjos espaciais.** João Pessoa-PB, 2008, 117p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social.** 2. ed. reimpr. Brasília: CFC, 2008.
- DENCKER, Ada Freitas Maneti. **Coleta de dados.** In: -. **Pesquisa em turismo.** São Paulo: Futura, 2007.p.165-90.
- DIAS, Donaldo de Souza; SILVA, Mônica Ferreira da. **Como Escrever uma Monografia: manual de elaboração com exemplos e exercícios.** São Paulo: Atlas, 2010.
- DRUCKER, Peter F. Foundation. **Terceiro Setor: Ferramenta de auto-avaliação para empresas.** São Paulo: Editora Futura, 2001.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica.** 5. ed. Campinas: Alínea, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Portal IBGE Cidades@: Patos – PB. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: 07/09/2016.

LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LUCHMANN, L. H. H. **A representação no interior das experiências de participação**. Revista Lua Nova, São Paulo, n.70, p. 139-170, 2007.

MAÑAS, A. V.; MEDEIROS, E. E. Terceiro setor: um estudo sobre a sua importância no processo de desenvolvimento socio-econômico. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 2, n. 2, p. 15-29, 2012.

OLIVEIRA, Aristeu de; ROMÃO, Valdo. **Manual do terceiro setor e instituições religiosas**: trabalhista, previdenciária, contábil e fiscal. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 587 p.

PEREIRA, Milton (Org.). **Gestão para organizações não governamentais**. 1. ed. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2013.

PERROTTI, Pietrangelo Pasquale. **Planejamento estratégico em organizações não governamentais**: um estudo de caso. São Paulo, 2005. 188 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de São Paulo, 2005.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In. BEUREN, Ilse Maria. [Org.]. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. 14. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

SCHEUNEMANN, A. V.; RHEINHEIMER, I. **Administração do terceiro setor**. [Organização] Universidade Luterana do Brasil: ULBRA. Curitiba: Ibpe, 2009, v., 137 p.

SILVA, Cristiane Rocha et al. **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa**: descrição e aplicação do método. [Org.] rurais agroind., Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e terceiro setor**: criação de ONGs e estratégias de atuação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____, T.; POZO, H.; ALVES, J. A. F. Formulação de um plano estratégico em instituições do terceiro setor: o caso de uma ONG de pequeno porte. **Reuna**, v. 17, n. 3, p. 53-72, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO E DE LIVRE ESCLARECIMENTO

Título da Pesquisa: Os impactos socioeconômicos que a Associação da Colônia dos Pescadores e Aquicultores José Alves de Aquino Z-40 causa na vida de seus associados.

Pesquisadores: Prof^o Msc. Felipe Cesar da Silva Brito/ Celio Angelo Ferreira

Declaro para os devidos fins, que aceito participar de livre e espontânea vontade da pesquisa sobre os impactos socioeconômicos que a Associação da Colônia dos Pescadores e Aquicultores José Alves de Aquino Z-40, da cidade de Patos/PB, causa na vida de seus associados, por parte do usuário. Fica-me assegurado que:

1. Será mantido o sigilo da minha identidade;
2. Será respeitado o meu direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento;
3. Não haverá a divulgação personalizada das informações;
4. Que poderei ter acesso aos resultados da pesquisa;
5. Que os dados da pesquisa não serão utilizados com fins comerciais, apenas para fins acadêmicos.

Patos/PB, 17 de Setembro de 2016.

Assinatura do Entrevistado

**APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADA AO GESTOR
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO**

Atenção: A veracidade das informações relatadas e a gravação em áudio desta entrevista são fundamentais e indispensáveis para a realização da pesquisa executada. Todas as questões do roteiro estabelecido visam à coleta de dados para responder o problema de pesquisa em torno da gestão da Associação da Colônia dos Pescadores e Aquicultores José Alves de Aquino Z-40 em Patos – PB.

1. Quando e de que modo ocorreu a fundação da entidade?
2. De que forma é composta a estrutura organizacional da gestão da Colônia Z-40?
3. O que você entende por gestão participativa?
4. Quanto a tomada de decisões: Essa gestão se classifica como participativa?
5. Quais as estratégias para mobilização de recursos empregados na organização?
6. Como a gestão em atividade avalia a atual situação dos materiais e a frota pesqueira da associação?
7. Em sua opinião quais são as verdadeiras condições dos açudes da região para o exercício da pesca?
8. De acordo com sua visão, quais foram os impactos socioeconômicos que a Associação dos Pescadores e Aquicultores Z-40 causou na vida dos seus associados?

**APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO APLICADO AOS
ASSOCIADOS DA COLÔNIA Z-40**

Atenção: A veracidade das informações respondidas e a devolução deste questionário são fundamentais e indispensáveis para a realização da pesquisa executada. Todas as questões visam à coleta de dados para responder o problema de pesquisa em torno dos impactos socioeconômicos causado na vida dos associados a Colônia dos Pescadores e Aquicultores José Alves de Aquino Z-40 em Patos – PB.

Portanto, por gentileza, não deixe nenhuma questão sem resposta. Cabendo a ressalva de que todos os dados obtidos neste questionário serão totalmente confidenciais.

I – PERFIL DA AMOSTRA

1 Sexo

Masculino Feminino

2 Grau De Escolaridade

- Não Alfabetizado
- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo

3 Local De Residência

Zona Urbana Zona Rural

4 Profissão/Ocupação: _____

II – DADOS RELATIVOS AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

1 O que o levou a praticar a pesca e/ou a ingressar na associação?

- Falta De Emprego
- Qualificação Profissional
- Benefícios Sociais

2 Antes do seu ingresso na associação dos pescadores, como era o exercício da sua pesca?

- Bastante Complicado
- Deixava a desejar
- Não Apresentava Problema

3 Com a criação da colônia z-40, as condições de trabalho dos pescadores melhoraram?

Sim Não

4 A existência da associação dos pescadores trouxe mais segurança e melhor qualidade de vida a sua família?

Sim Não

5 Qual a importância econômica da pesca na sua renda familiar?

Minha Única Fonte de Renda

Um Complemento Salarial

Apenas um Lazer

6 Qual a renda mensal que a pesca lhe proporciona?

Menos de 1 Salário Mínimo

1 Salário Mínimo

De 1 a 2 Salários Mínimos

De 2 a 3 Salários Mínimos

Acima de 3 Salários Mínimos

7 Quantas pessoas residem em sua casa e dependem da renda

Uma

Duas

Três

Quatro

Mais de Quatro

8 Como você, enquanto associado, avalia a atual gestão da associação?

Muito Boa

Regular

Ruim

9 Na sua opinião, o pessoal que compõe a diretoria da colônia z-40 se mostra capacitado para exercer seus cargos/funções?

Sim Não

10 Para você, os serviços prestados pela associação pode ser considerado como algo positivo?

Sim Não

Obrigado pela participação!